



RELATÓRIO E CONTAS 2024

Índice

MENSAGEM DA DIREÇÃO DO ISJD	3
1. ATIVIDADE OPERACIONAL	5
1.1. Enquadramento do ISJD.....	5
1.2. Objetivos estratégicos	6
1.3. Relatório de Atividades 2024.....	9
1.4. Resultados dos Planos Individuais de Intervenção	11
1.5. Indicadores de Atividade	13
1.6. Indicadores de Satisfação	15
1.7. Indicadores de participação.....	23
2. RECURSOS HUMANOS	25
2.1. Enquadramento	25
2.2. Caracterização dos Recursos Humanos	25
3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	29
3.1. Análise Económica	29
3.1.1. Resultados Operacionais	29
3.1.2. Gastos e rendimentos com juros.....	31
3.1.3 Resultado Líquido	32
3.1.4 Comparação Real com Orçamento 2024.....	34
3.2. Análise Financeira	35
3.2.1. Estrutura Patrimonial	35
4. RÁCIOS E INDICADORES.....	41
5. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	43
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024.....	44
7. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024	48

Mensagem da Direção do ISJD

Apresentamos o Relatório de Gestão e Contas de 2024, um panorama geral da missão assistencial que o Instituto S. João de Deus (ISJD) levou a cabo no âmbito da prestação de cuidados de saúde.

Em 2024 o Instituto fez um percurso de construção de uma parceria com a ACSS em regime de complementaridade com o SNS, na área de psiquiatria no continente, com um primeiro passo importante na diferenciação do valor pago aos novos utentes de alta complexidade a partir de janeiro de 2025.

Em 2024, os rendimentos operacionais subiram 15,3%, principalmente devido aos aumentos das diárias de psiquiatria e à abertura da unidade de Cuidados Continuados e Paliativos de Carnaxide, inserida na estrutura ISJD de Lisboa.

O ISJD continuou a ser confrontado com preços elevados apesar da desaceleração da inflação, mas com grandes impactos na energia, água e consumíveis, agravadas pelas guerras na Ucrânia e em Israel/Palestina, com impacto direto no aumento dos custos.

No entanto, o maior fator de agravamento de custo foi o investimento em recursos humanos com um aumento de 19%, entre aumentos salariais e reforço do número de colaboradores, todavia com extrema dificuldade na retenção do capital humano e no recrutamento. Verificou-se muita dificuldade em encontrar profissionais de saúde, com enorme desequilíbrio entre oferta e procura, em particular na região da grande Lisboa.

Apesar deste contexto, graças ao aumento nas diárias de psiquiatria, os resultados financeiros mantêm-se positivos, permitindo a redução dos níveis de endividamento e o aumento da liquidez, pelo que podemos continuar o nosso caminho de crescimento da missão assistencial, com progressivo aumento do investimento nos recursos humanos e na manutenção e melhoria das nossas estruturas e equipamentos.

No que concerne à satisfação dos utentes em regime de internamento, 93% apresentam um nível de satisfação “bom” ou “muito bom”, enquanto 100% dos Utentes no domicílio consideram recomendáveis os serviços do ISJD e 98% apresentam um nível de satisfação de “bom” ou “muito

bom”. De um modo global, a satisfação dos utentes apresenta tendência positiva nos últimos anos, tendo o ISJD registos consistentes dessa tendência desde 2011.

Quanto aos cuidadores, analisados 1142 questionários, 69% apresentam uma avaliação global de “muito bom”. 98% dos cuidadores assume que, caso necessitasse, voltaria ou recomendaria a Instituição.

Sobre as entidades parceiras, incluindo EFR, 100% dos inquiridos aconselharia os serviços do ISJD; 76% consideram “muito bom” a participação, envolvimento e contributo para a sociedade do ISJD. Quanto aos fornecedores, 99% avaliam positivamente a pontualidade de pagamento.

No campo da gestão de pessoas, verificou-se também um aumento da satisfação dos colaboradores no que diz respeito ao reconhecimento do trabalho dedicação e esforço, para 85% de resultados positivos. No entanto, continua notória a necessidade de cuidar dos cuidadores. É fundamental reconhecer e valorizar o trabalho dos colaboradores e dos voluntários, uma vez que a satisfação que se consegue obter junto dos utentes é resultado da sua competência e dedicação.

Deixamos ainda uma palavra gratidão a todas as instituições com quem trabalhamos, aos nossos fornecedores e parceiros: estamos conscientes de que contamos convosco para poder responder às necessidades cada vez mais exigentes do mundo atual.

Pela frente temos o desafio de acolher utentes com necessidades cada vez mais complexas, aumentar a nossa capacidade de prestar cuidados ao domicílio e integrados na comunidade, captando e integrando novos profissionais, num contexto socioeconómico adverso e com muitas incertezas. O certo é o que fazemos juntos, com ânimo e com espírito de família, procurando servir os mais vulneráveis, inspirados no exemplo do fundador, o português de Montemor-o-Novo, São João de Deus.

Lisboa, 12 de junho 2025

1. Atividade operacional

1.1. Enquadramento do ISJD

O Instituto São João de Deus (ISJD) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada em 1977, para proceder à gestão dos Estabelecimentos Hospitalares da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de São João de Deus, congregando uma herança institucional de mais de 130 anos em Portugal. O ISJD integra, assim, a rede internacional da Ordem Hospitaleira de São João de Deus, presente em 54 países, com mais de 400 centros assistenciais, ao serviço das pessoas há mais de 450 anos.

O ISJD tem âmbito nacional e prossegue fins de saúde, assistência, reabilitação e reinserção social, atuando em áreas como psiquiatria e saúde mental, alcoologia, toxicodependência, ortoprotesia, medicina física e de reabilitação, prestação de cuidados em geriatria, apoio a pessoas em situação de sem-abrigo, bem como na prestação de cuidados integrados na Rede Nacional de Cuidados Continuados e em Cuidados Paliativos. A sua intervenção desenvolve-se em onze unidades de saúde e apoio social distribuídas pelo território nacional, incluindo Portugal Continental e Regiões Autónomas, dirigindo-se em especial a grupos em situação de maior vulnerabilidade, nomeadamente pessoas com doença mental, deficiência intelectual, demências, pessoas em exclusão social, com dependências, entre outros.

Assente numa abordagem centrada na pessoa, integrada e multidisciplinar, o ISJD presta cuidados em regime de internamento, ambulatório, apoio domiciliário e respostas comunitárias, sempre com o objetivo de promover a inclusão social, a autonomia, a capacitação pessoal e a integração comunitária. A prestação de cuidados faz-se de forma gratuita ou cofinanciada, assegurando o acesso universal e equitativo aos serviços prestados, em consonância com os valores da hospitalidade, qualidade, respeito pela dignidade da pessoa humana e compromisso com a comunidade.

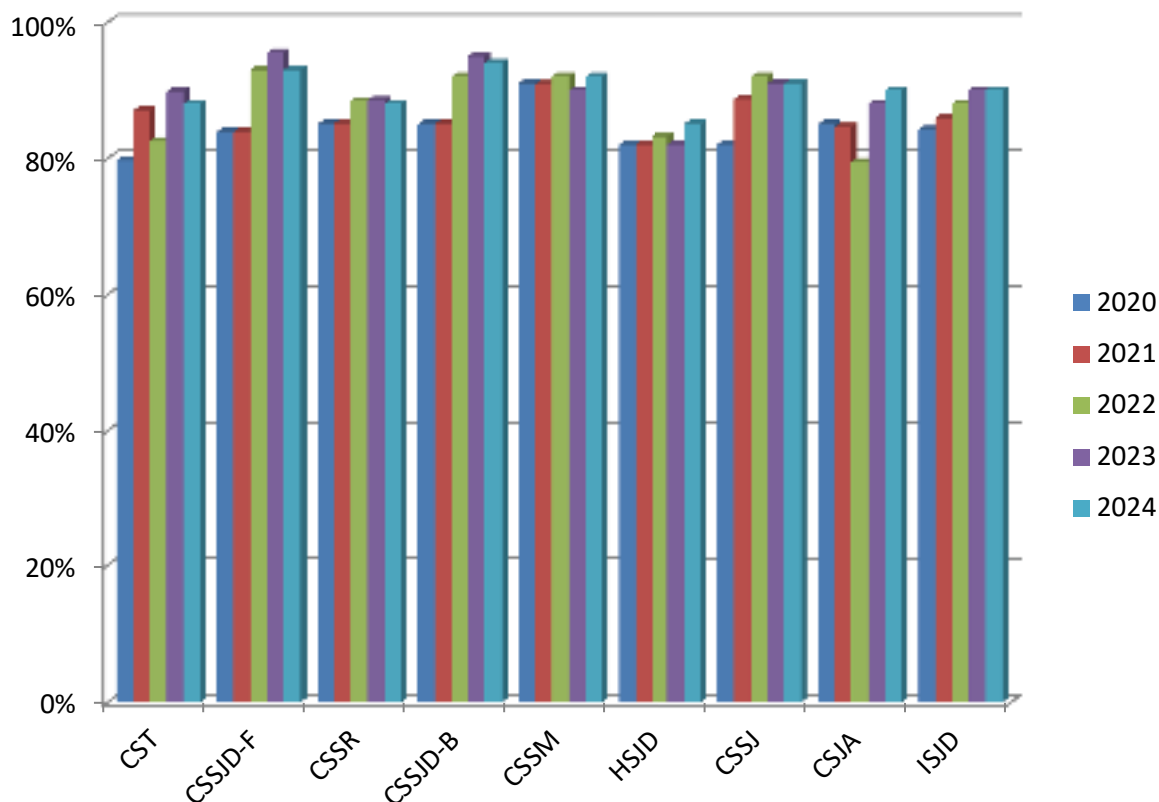
1.2. Objetivos estratégicos

Objetivos Estratégicos		Indicador Avaliação		M 2024	Resultado
OE 1	Promover a autonomia e a qualidade de vida dos utentes	25	% de Utentes que mantêm ou melhoram a inclusão social	81%	89%
		26	% de Utentes que mantêm ou melhoram a qualidade de vida	82%	89%
		27	% de Utentes que mantêm ou melhoram a autonomia/ <i>empowerment</i>	79%	82%
		52	% de utentes que considera que tem oportunidade de se envolver no seu PII	98%	99%
		53	% de Cuidadores que considera ter oportunidade de se envolver no PII do Utente.	98%	97%
		31	% de Utentes que considera que tem oportunidade de fazer escolhas e tomar decisões	92%	94%
		54	% de Sugestões de Utentes eficazes	97%	99%
OE 2	Promover a hospitalidade assistencial	20	Concretização de PII	78%	80%
		3	% Utentes internados que recomendaria a Instituição	93%	95%
OE 3	Garantir a sustentabilidade	55	EBITDA	>2023	< 2023
		56	Rácio EBITDA/Rendimentos Operacionais	>2023	< 2023
		57	Endividamento Longo Prazo	<2023	< 2023
		58	Liquidez Geral	>2023	>2023
OE 4	Criar e melhorar as condições físicas dos equipamentos	59	% Utentes internados satisfeitos com a qualidade das instalações	93%	91%
		60	% de colaboradores com avaliação de satisfação >= suficiente no item "instalações"	89%	95%
OE 5	Atualizar permanentemente as competências dos colaboradores	40	Nº Médio de Horas de formação por colaborador	40,0	28
		61	Taxa de Impacto do Plano de Formação	76%	88%

Objetivos Estratégicos		Indicador Avaliação		M 2024	Resultado
OE 6	Optimizar o capital humano	62	% Colaboradores com avaliação de satisfação >= "suficiente" no item «eficiência»	97%	96%
		63	% Colaboradores com avaliação >= "suficiente" no item «reconhecimento do trabalho, dedicação e esforço»	82%	85%
		10	% de avaliações de desempenho igual ou superior a "Satisfaz" ou "satisfatório"	98%	100% **
OE 7	Melhorar a comunicação	64	% de colaboradores com avaliação de satisfação >= suficiente no item «comunicação com a hierarquia»	94%	95%
		65	% de colaboradores com avaliação de satisfação >= suficiente no item «comunicação entre colaboradores»	94%	93%
		66	% de <i>Stakeholders</i> com avaliação de satisfação >= Bom no item «Atendimento/contacto com a Instituição»	98%	97%
		67	% de Colaboradores/ <i>Stakeholders</i> /Utentes/ Cuidadores/ Voluntário/Fornecedores que avaliam como positiva a informação fornecida relativamente aos Resultados de desempenho da Instituição	97%	85%
		68	% de Cuidadores com avaliação média >= a "bom" quanto à informação disponibilizada	92%	92%
OE 8	Consolidar parcerias	5	% <i>Stakeholders</i> com avaliação global >= a "bom"	98%	96%
		7	Valor acrescentado das parcerias (>= de acordo com o esperado)	81%	91%
		69	% PII com parcerias	15%	49%
OE 9	Melhorar o desempenho da Instituição	70	Taxa de Sucesso	79%	90%
OE 10	Promover a inovação	72	Nº de projectos de melhoria e de inovação documentados	59	82
		2	Taxa de Concretização dos projetos de Inovação e de melhoria	76%	86%
OE 11	Reforçar a identidade institucional	73	Taxa de envolvimento dos colaboradores	59%	66%
		74	% Colaboradores com avaliação >= "suficiente" no item «Oportunidades de envolvimento na vida institucional»	91%	95%

Taxa de Sucesso da Política da Qualidade: 91%

Taxa de Sucesso



A taxa de sucesso é um indicador que procura avaliar o sucesso das organizações baseado nas seguintes dimensões: cumprimento do planeamento anual; satisfação das partes interessadas; cumprimento do planeamento individual efetuado para cada cliente e fatores de sustentabilidade. Quanto à taxa de sucesso da Política da Qualidade (PQ) foi de 91%. Os resultados são maioritariamente satisfatórios e alguns muito bons. Dessa forma consideramos a PQ com sucesso. Sendo os Objetivos Estratégicos (OE) idênticos aos Objetivos da Política da Qualidade, e tendo em conta que os OE espelham à Missão, Visão e Valores, o sucesso da implementação dos três é considerada positiva.

1.3. Relatório de Atividades 2024

No âmbito da sua missão de promoção da saúde, assistência e inclusão social, o Instituto São João de Deus desenvolve ao longo do ano diversas atividades integradas nos domínios da prevenção primária, secundária e terciária, com enfoque na saúde mental, nas dependências, na reabilitação funcional e psicossocial, e no apoio a populações vulneráveis.

As iniciativas decorrem em múltiplos contextos, desde internamentos e consultas externas até programas comunitários e de capacitação, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, a autonomia e a integração social dos utentes.

Todos os objetivos propostos para o ano de 2024 foram atingidos, sendo que todas as valências genéricas têm continuidade através de novas atividades concretas em 2025.

De seguida, apresenta-se um quadro síntese das principais valências, atividades, objetivos e horizonte temporal das ações realizadas.

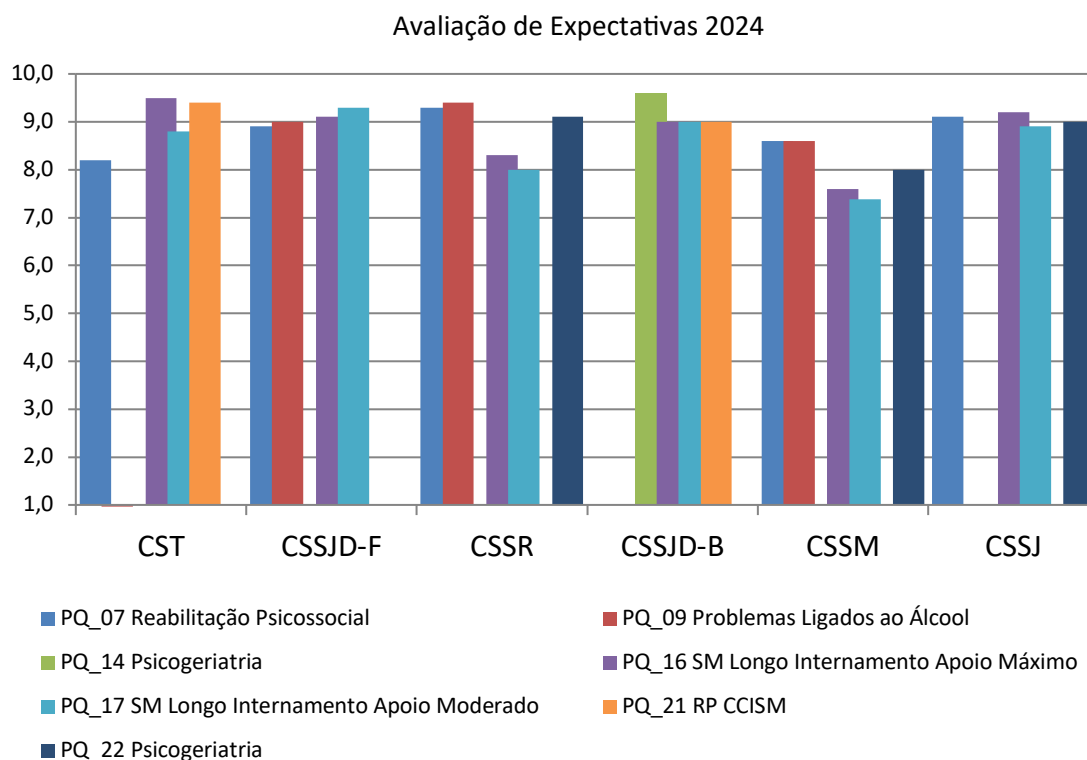
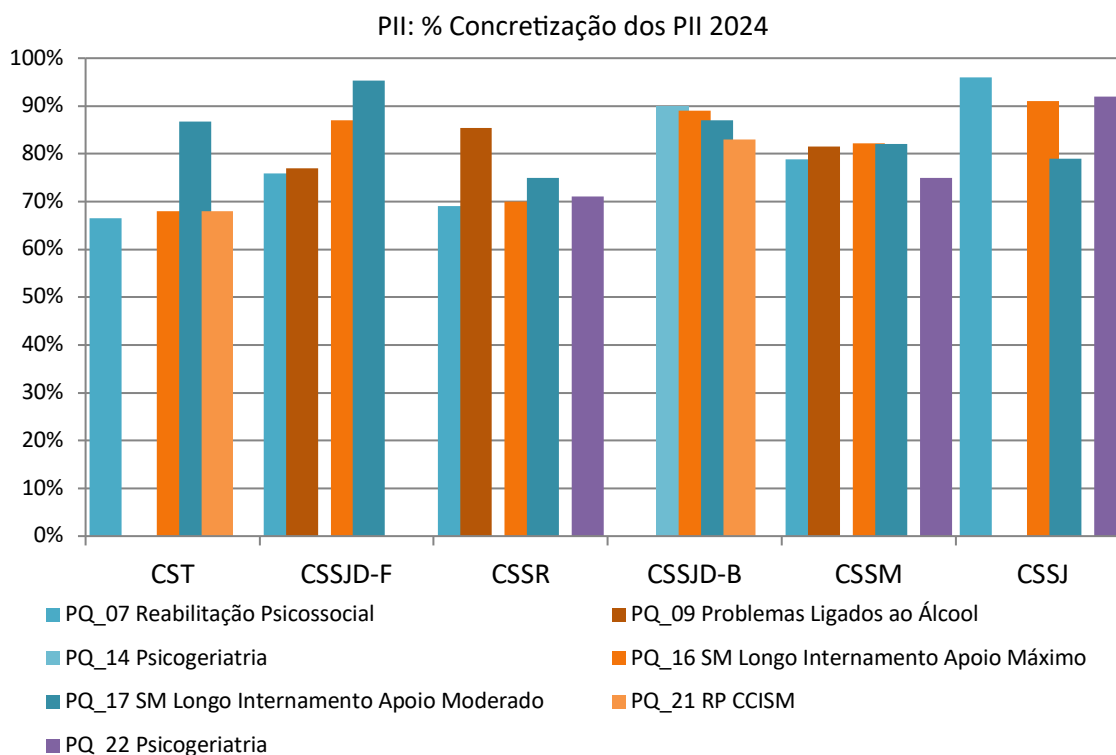
VALENCIA/ PROGRAMA	ATIVIDADES	OBJETIVOS	HORIZONTE TEMPORAL
Prevenção Primária Educação para Saúde Psicopedagogia acerca das doenças (doenças orgânicas não psiquiátricas) Doenças psiquiátricas Alcoolismo Outras dependências	Ações de prevenção nas escolas e locais de trabalho. Articulação com autarquias e outras entidades comunitárias. Reuniões psicoeducativas com utentes e famílias. Divulgação de folhetos informativos Realização de congressos. Intervenções para área de pastoral da saúde.	Sensibilização da população para os cuidados a ter com a saúde e na doença, no alcoolismo e outras dependências e na recuperação Diminuição do estigma associado à doença mental	Jan/Dez
Prevenção Secundária Internamentos Psiquiatria Alcoologia e outras dependências	Consultas externas nomeadamente: psiquiatria, neurologia, pedopsiquiatria, alcoologia, psicologia, medicina dentária, oftalmologia, clínica geral,	Recuperação da saúde ao nível: Psiquiátrico, Dependências e recuperação pós-Internamento de agudos nos Cuidados Continuados e intervenção nos paliativos	Jan/Dez

<p>Cuidados continuados e paliativos</p> <p>Psicogeriatría</p> <p>Consultas externas</p> <p>De várias especialidades medicas</p>	<p>medicina física e de reabilitação, e outras</p> <p>Internamento com os respetivos programas terapêuticos instituídos.</p>		
<p>Prevenção Terciária</p> <p>Reabilitação psicossocial</p> <p>Reabilitação física e funcional</p>	<p>Programas específicos de reabilitação:</p> <p>Intervenções intra-hospitalares (ocupacionais e residenciais)</p> <p>Intervenções comunitárias (ocupacionais e residenciais)</p> <p>Apoio domiciliário: doença mental crónica/grave; demências; paliativos</p> <p>Programas de formação profissional e integração no mercado de trabalho</p> <p>Intervenção de medicina física e reabilitação, e fisioterapia em cuidados continuados e no longo internamento</p> <p>Construção e colocação de próteses e ortóteses.</p>	<p>Potenciar a autonomia dos utentes, através de recuperação e aquisição de competências</p> <p>Reabilitação psicossocial de doentes mentais</p> <p>Reabilitação física e funcional de patologias orgânicas e doentes pós-cirúrgicos</p> <p>Reabilitar em cuidados continuados</p> <p>Reabilitar na comunidade: apoio domiciliário (doença mental crónica; demências)</p> <p>Desinstitucionalização sempre que possível (estruturas / equipamentos / intervenções específicas)</p>	<p>Jan/Dez</p>

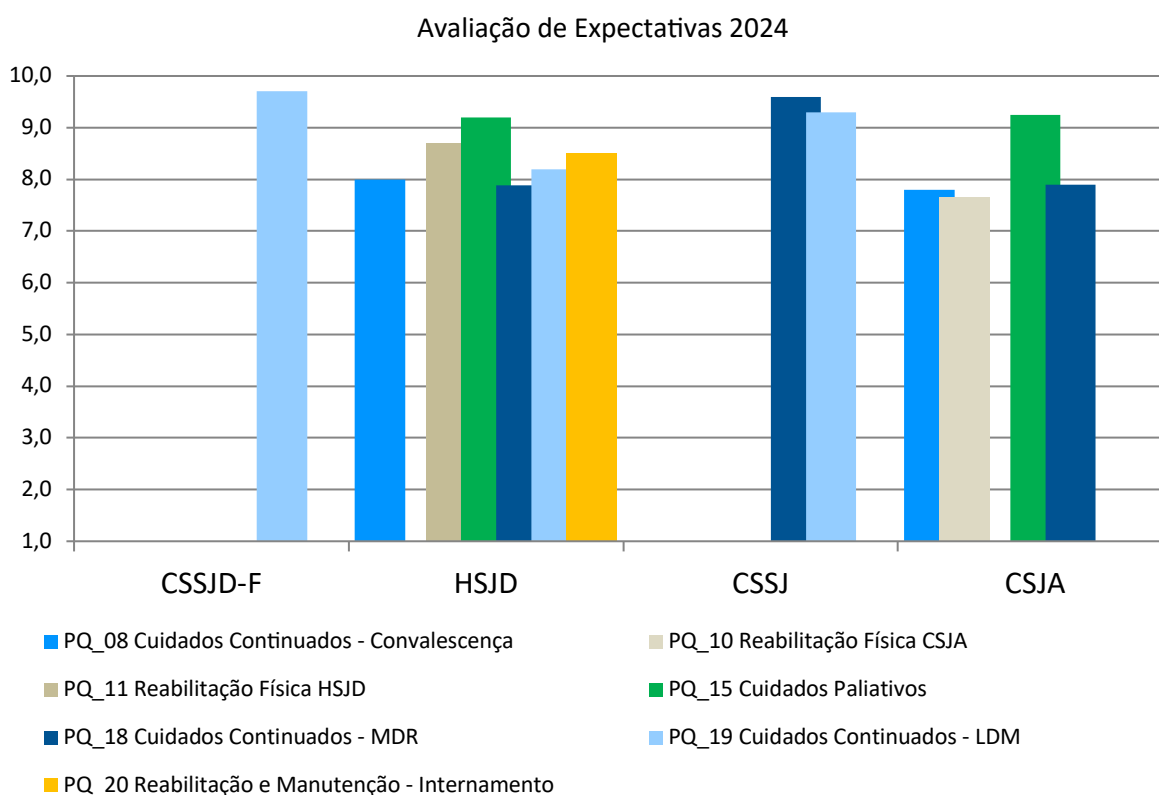
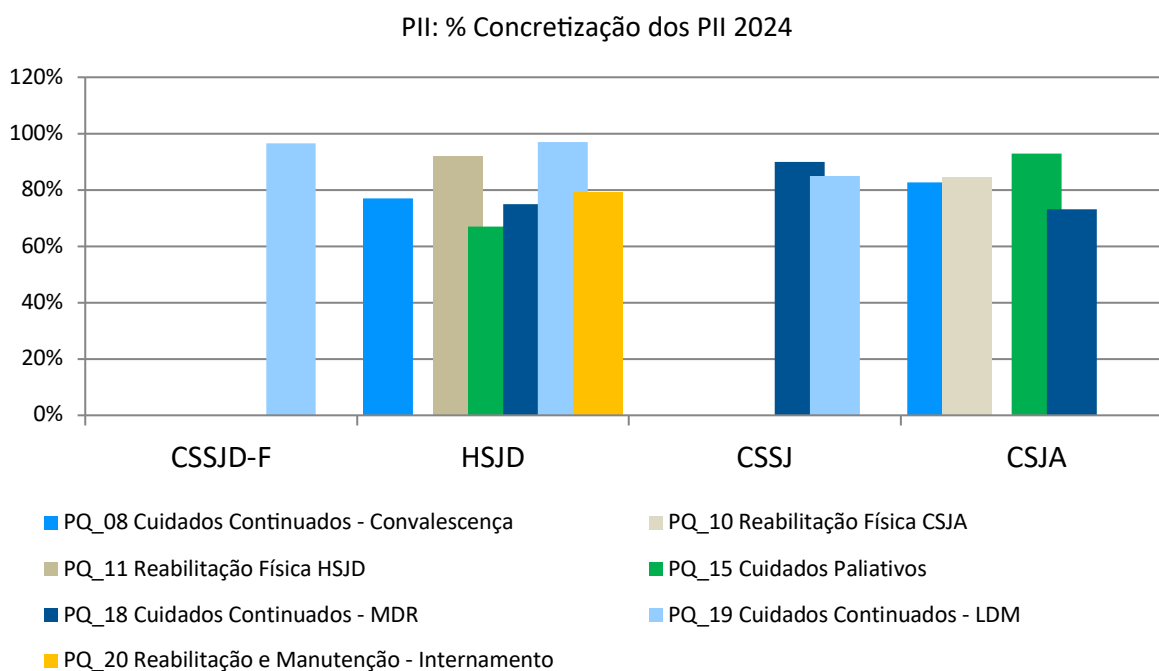
Todos os programas foram desenvolvidos durante o ano de 2024.

1.4. Resultados dos Planos Individuais de Intervenção

Saúde Mental



Cuidados Continuados, paliativos e reabilitação física



Desde 2009, o ISJD iniciou o processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade que preconiza a certificação dos serviços pelo modelo EQUASS. Em 2024 atingiu-se 100% das camas e serviços assistenciais certificados.

Um dos princípios do modelo implementado é o da abordagem centrada na pessoa. Para a sua prossecução, para cada utente é definido um plano individual de intervenção (PII), de acordo com as suas necessidades e expectativas. Esse PII deve promover resultados ao nível da qualidade de vida dos sujeitos e deve partir de objetivos específicos mensuráveis. Concluído o PII é, deste modo, passível avaliar a sua concretização e aferir da concretização das expectativas dos Utentes face àquele Plano. De um modo global, demonstra-se uma boa concretização dos objetivos dos planos individuais, significando, por um lado, um bom planeamento de cuidados e, por outro lado, que foram alocados os recursos suficientes para o desenvolvimento dos planos. A concretização dos PII, bem como avaliação das expectativas dos Utentes, pode ser vista, deste modo, como uma medida de eficiência dos serviços.

1.5. Indicadores de Atividade

Ano 2024	CASA DE SAÚDE DO TELHAL SINTRA	CASA DE SAÚDE S. JOÃO DE DEUS BARCELOS	CASA DE SAÚDE S. JOÃO DE DEUS FUNCHAL	CASA DE SAÚDE S. JOSÉ AREIAS DE VILAR	CASA DE SAÚDE S. MIGUEL PONTA DELGADA	CASA DE SAÚDE S. RAFAEL ANGRA DO HEROÍSMO	HOSPITAL S. JOÃO DE DEUS MONTEMORENO	CLÍNICA S. JOÃO DE ÁVILA LISBOA	Total
Existentes iniciais	447	339	315	293	179	172	80	99	1924
Entrados do exterior	59	24	772	193	480	92	380	924	2924
Saídos para o exterior	58	17	759	189	486	97	381	867	2854
Dias internamento	162289	125470	118982	107737	64458	62007	29457	53495	723895
Reinternamentos	6	0	19	9	5	4	38	70	151
Taxa de mortalidade	3,95%	1,10%	1,76%	9,67%	0,46%	1,90%	23,70%	8,12%	6,33%
Taxa de ocupação	97,06%	98,51%	100,03%	97,80%	95,71%	93,60%	84,58%	84,00%	93,91%

*Considerados os dias de internamento faturados, que inclui o dia de alta e internamentos com menos de 24H.

**Considerando que a lotação extra se deve ao aumento de casos urgentes da RAM de utentes em psicose.

A taxa de ocupação tem em conta a alteração dos dias de internamento.

Ano 2023	CASA DE SAÚDE DO TELHAL SINTRA	CASA DE SAÚDE S. JOÃO DE DEUS BARCELOS	CASA DE SAÚDE S. JOÃO DE DEUS FUNCHAL	CASA DE SAÚDE S. JOSE AREIAS DE VILAR	CASA DE SAÚDE S. MIGUEL PONTA DELGADA	CASA DE SAÚDE S. RAFAEL ANGRA DO HEROÍSMO	HOSPITAL S. JOÃO DE DEUS MONTE-MOR-O-NOVO	CLÍNICA S. JOÃO DE ÁVILA LISBOA	Total
Existentes iniciais	444	317	325	297	178	170	75	63	1869
Entrados do exterior	56	50	822	160	466	111	346	423	2434
Saídos para o exterior	53	28	822	164	466	109	341	387	2370
Dias internamento	161608	121005	123787	107558	63870*	62512*	29335	22588	692263
Reinternamentos	11	1	28	6	2	4	31	18	101
Taxa de mortalidade	5,60%	1,91%	0,96%	9,19%	0,16%	1,78%	26,13%	14,81%	6,41%
Taxa de ocupação	95,38%	99,31%	104,35%	98,56%	95,45%	94,07%	84,60%	65,77%**	95,16%

*Considerados os dias de internamento faturados, que inclui o dia de alta e internamentos com menos de 24H

A taxa de ocupação tem em conta a alteração dos dias de internamento.

**Devido à abertura da Unidade de Internamento de Carnaxide a taxa de ocupação obtida nos Sistemas de Informação está enviesada pelo número de camas total considerado, uma vez que contava com as camas dos pisos que ainda não se encontravam em atividade a 31 dezembro 2023.

Consultas Centros Saúde Mental

Especialidades	2024	2023	Varição
Alcoologia	324	347	-23
Medicina dentária	594	660	-66
Medicina geral e familiar	399	325	74
Neurologia	59	38	21
Psiquiatria	1655	1636	19
Psiquiatria da infância e adolescência	351	357	-6
Outras especialidades médicas	478	307	171
Psicologia	144	142	2
Total	4004	3812	192

Hospital S. João de Deus – Consultas e MCDT's

Especialidades	2024	2023	Variação
Fisiatria	496	470	26
Medicina geral e familiar/Clínica Geral	84	96	-12
Reumatologia	93	139	-46
Outras especialidades médicas	735	481	254
Total	1408	1186	222
Medicina Física e de Reabilitação (sessões)*	31443	46552	-15109
Consultas Ortoprotesia	483	804	-321

* em cada sessão são realizados em média cinco tratamentos.

Clínica S. João de Ávila – Consultas e MCDT's

Especialidades	2024	2023	Variação
Fisiatria	15	39	-24
Medicina interna	120	365	-245
Neuropsicologia	85	67	18
Psicologia	438	340	98
Psiquiatria	38	32	6
Total	696	843	-147
Medicina Física e de Reabilitação (sessões)*	22229	26908	-4679

* em cada sessão são realizados em média cinco tratamentos.

1.6. Indicadores de Satisfação

A avaliação da satisfação das diversas partes interessadas é um requisito que o Instituto S. João de Deus cumpre sistematicamente em cada ano.

Ao nível dos Utentes, foi avaliada a satisfação de 1750 utentes em regime de internamento. 93% destes apresentam um nível de satisfação de “bom” ou “muito bom”. O valor modal é de “5”, o que corresponde ao valor máximo. Na análise das questões concretas do questionário, salienta-se que 98% se encontra satisfeito com a qualidade das intervenções prestadas e 98% quanto ao cumprimento dos requisitos de confidencialidade no exercício das intervenções. 91% encontra-se satisfeito com a

qualidade das instalações. Na oportunidade de fazer escolhas e tomar decisões 94% dos utentes responderam positivamente a esta temática. Das diversas questões colocadas quanto ao desempenho dos profissionais de saúde, o valor modal é de “5” em todas as questões, validando-se, assim, a Hospitalidade como marca distintiva dos Colaboradores do ISJD.

Quanto aos Utes em regime de ambulatório, os valores de satisfação também são francamente elevados. Dos 328 questionários válidos para o ambulatório, destaca-se o facto de 100% dos inquiridos considerar recomendável os serviços do ISJD. 99% dos inquiridos apresentam um nível de satisfação de “bom” ou “muito bom”, sendo o valor da satisfação médio é de 4,8 valores, sendo “5” (muito bom) o valor modal de todas as questões avaliadas.

Os Utes no domicílio 100% consideram recomendável os serviços do ISJD. 98% dos inquiridos apresentam um nível de satisfação de “bom” ou “muito bom”, sendo o valor da satisfação médio é de 4,9 valores, sendo “5” (muito bom) o valor modal de todas as questões avaliadas.

De um modo global, a satisfação dos utentes apresenta tendência positiva nos últimos anos, tendo o ISJD registos consistentes dessa tendência.

Quanto aos cuidadores, analisados 1142 questionários, 69% apresentam uma avaliação global de “muito bom”; 99% avalia positivamente a qualidade das intervenções prestadas ao seu familiar; todas as questões relacionadas com o desempenho dos profissionais de saúde apresentam como valor modal “5”. 98% dos cuidadores assume que, caso necessitasse, voltariam ou recomendariam a Instituição.

Foram rececionados cerca de 108 questionários de avaliação da satisfação de entidades parceiras, incluindo EFR. O valor médio global da satisfação é de 4,6 valores. 100% dos inquiridos aconselharia os serviços do ISJD. 76% consideram “muito bom” a participação, envolvimento e contributo para a sociedade do ISJD. Quanto aos fornecedores, têm uma satisfação média de 4,4 valores em 5. De referir que 98% avaliam positivamente a pontualidade de pagamento

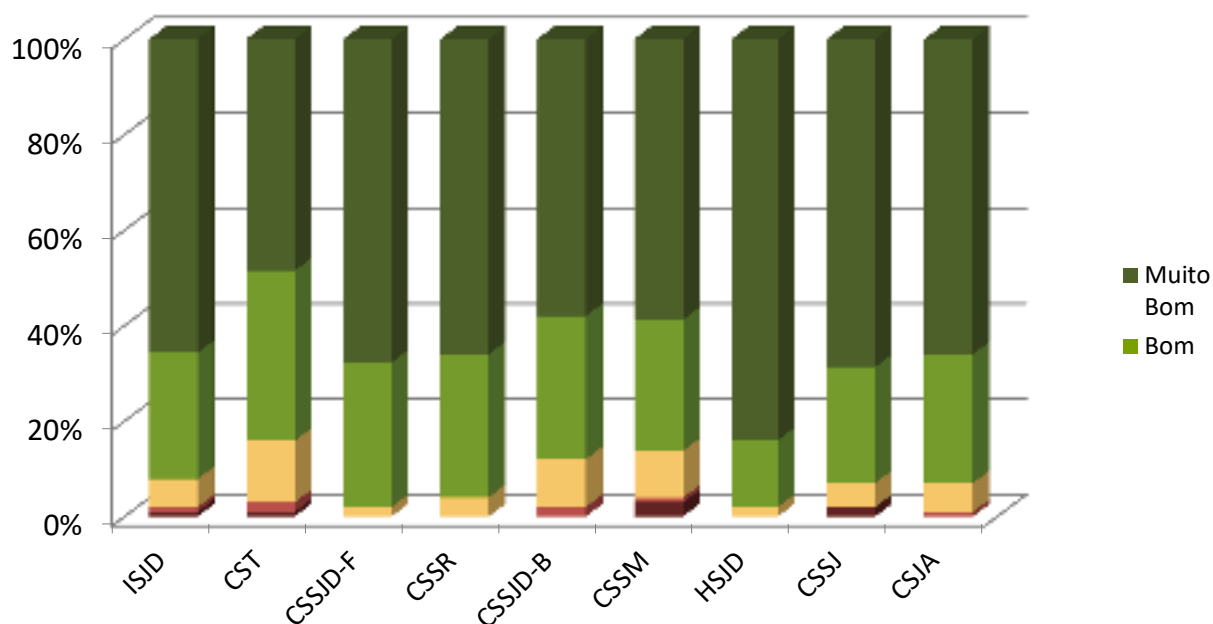
Em 2024, foram rececionados mais de 926 questionários de satisfação dos colaboradores, o que significa uma taxa de resposta de cerca de 79%. A resposta mais frequente em todas as questões avaliadas é “bom”. 97% dos colaboradores identifica como positiva o cumprimento dos requisitos contratuais. O trabalho em equipa é avaliado positivamente em 93% dos colaboradores. 85% avaliam positivamente o reconhecimento do trabalho, dedicação e esforço. É um resultado que nos satisfaz bastante, bem como é demonstrativo que contamos com Colaboradores comprometidos com o carisma hospitaleiro de S. João de Deus.

Dados síntese

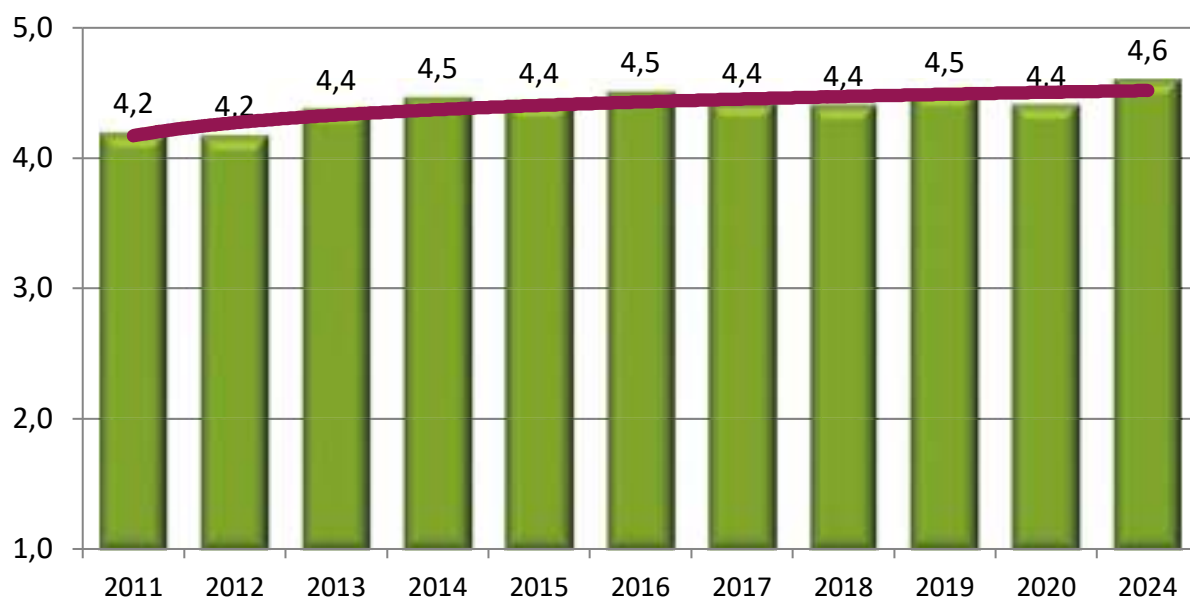
Escala: 1 Mau; 2 Insuficiente; 3 Suficiente; 4 Bom; 5 Muito bom.

Utentes em internamento

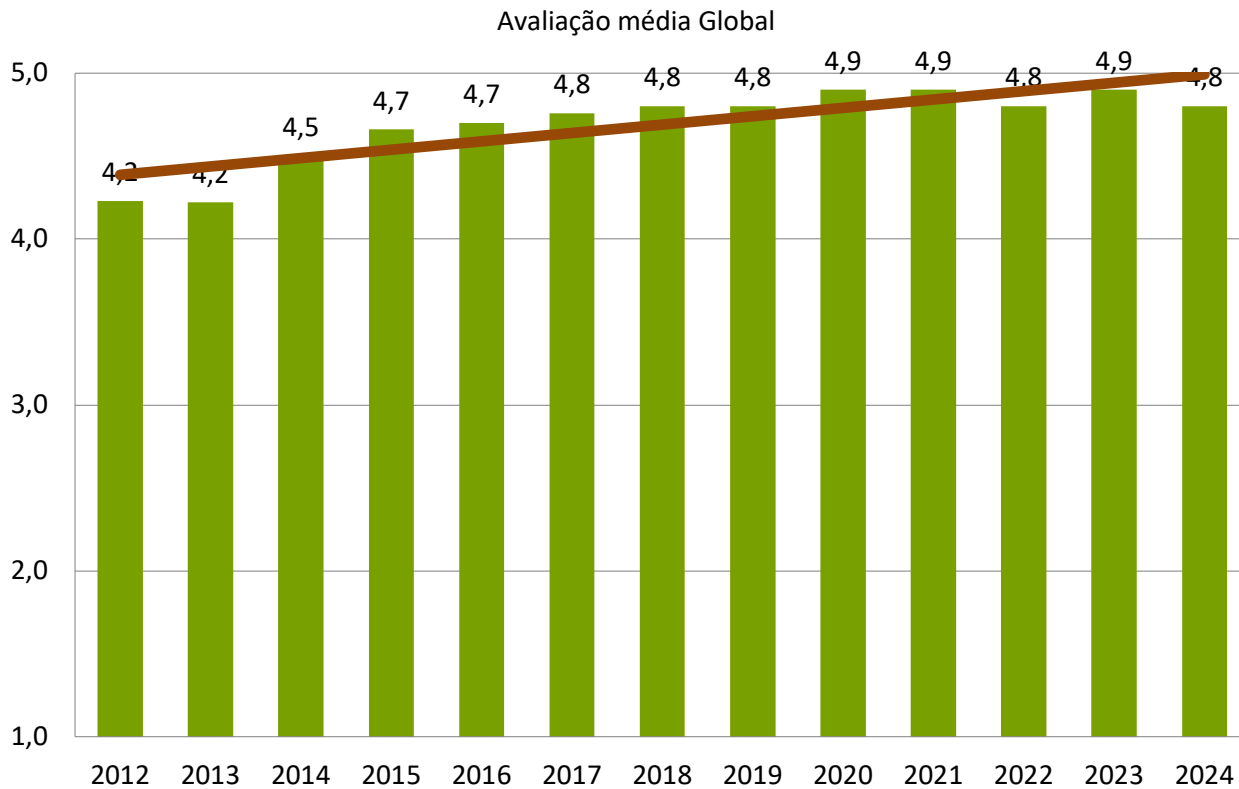
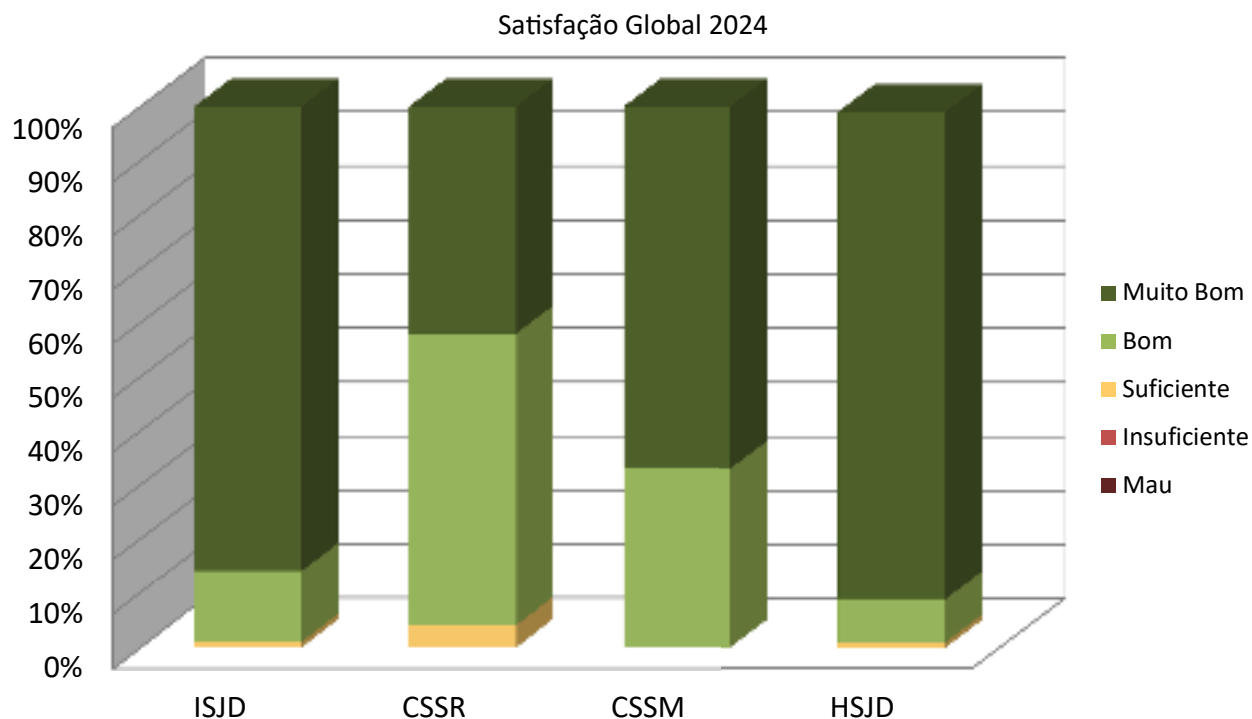
Utentes Internamento: Avaliação Global 2024



Avaliação média global

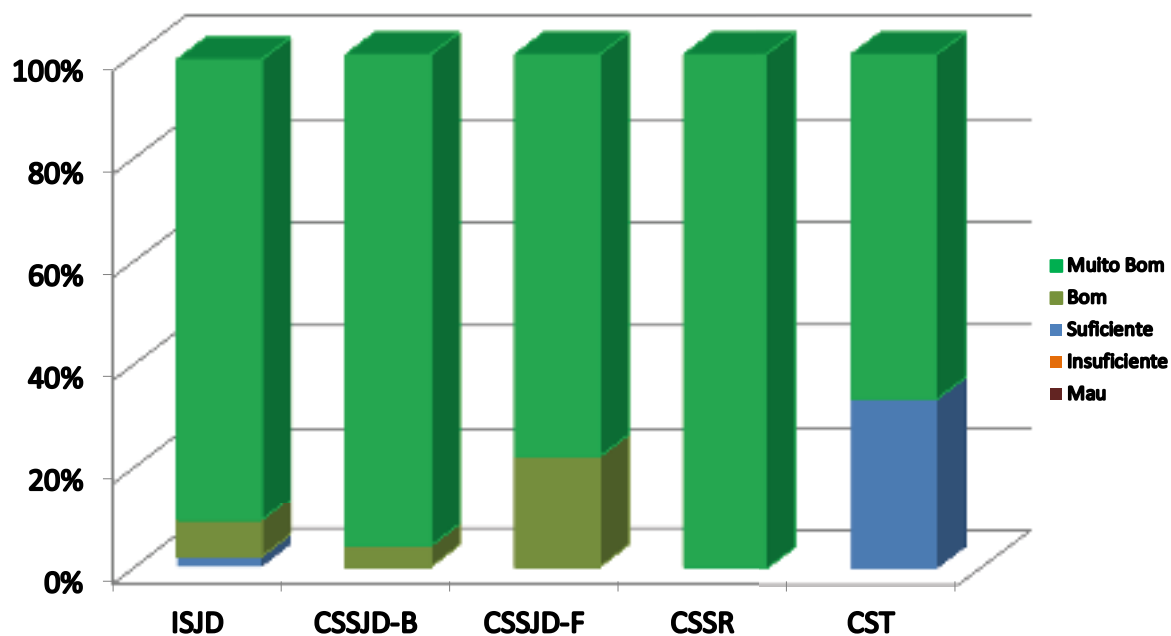


Utentes extra-internamento

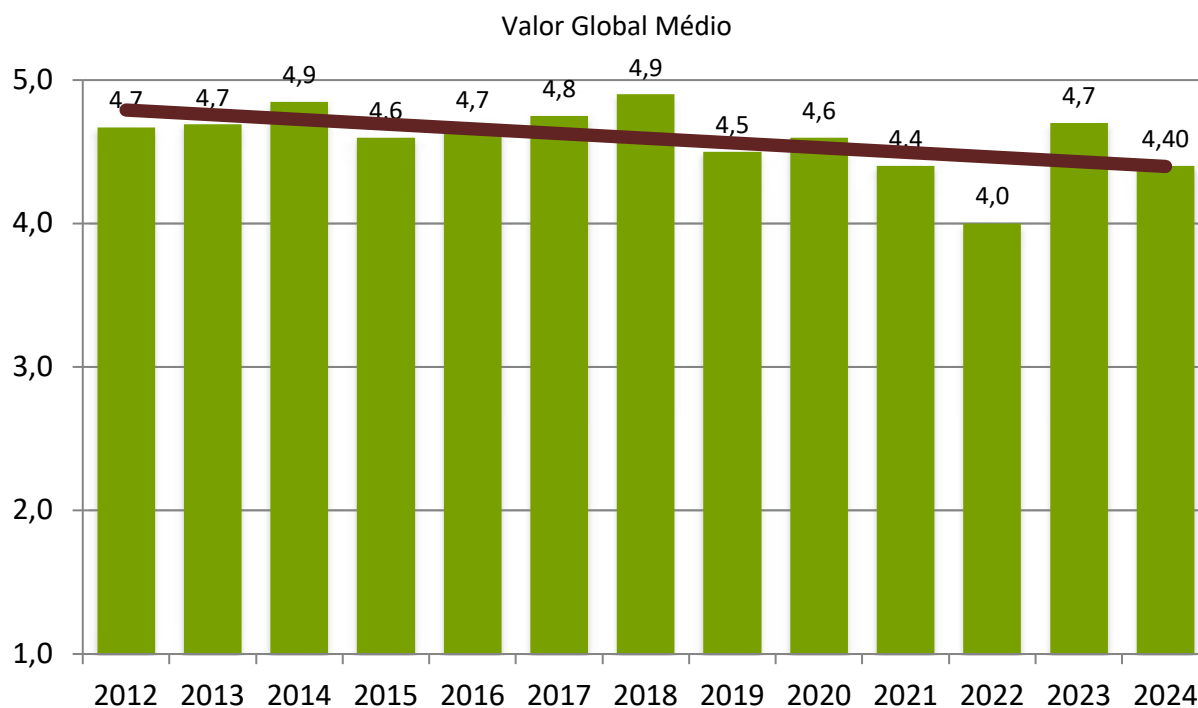


Utentes - domiciliário

Avaliação Global - Utentes Domiciliário 2024

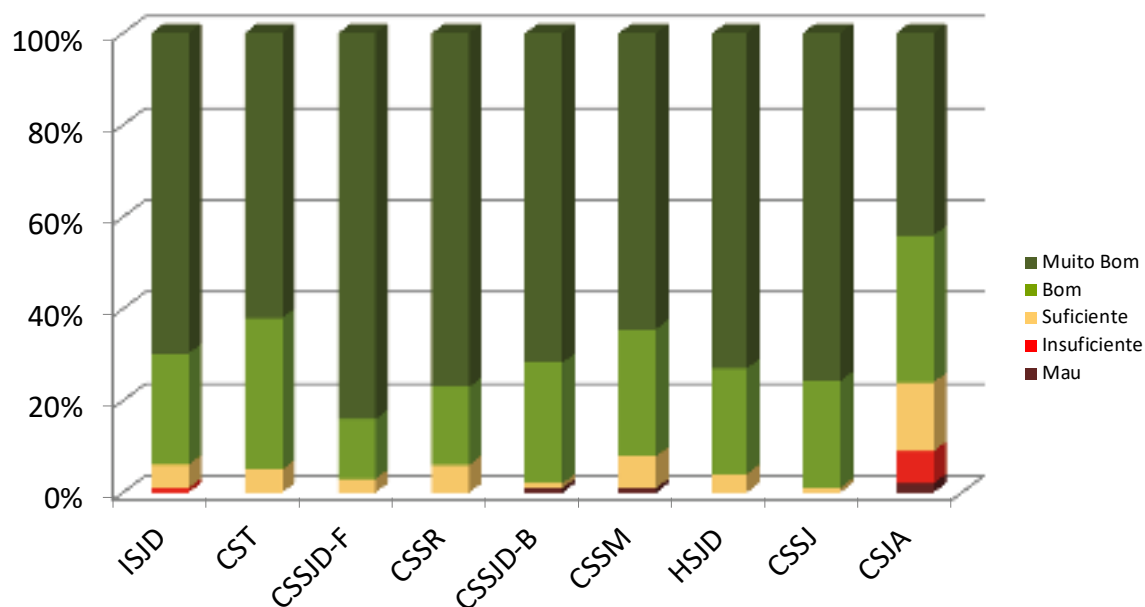


Fornecedores

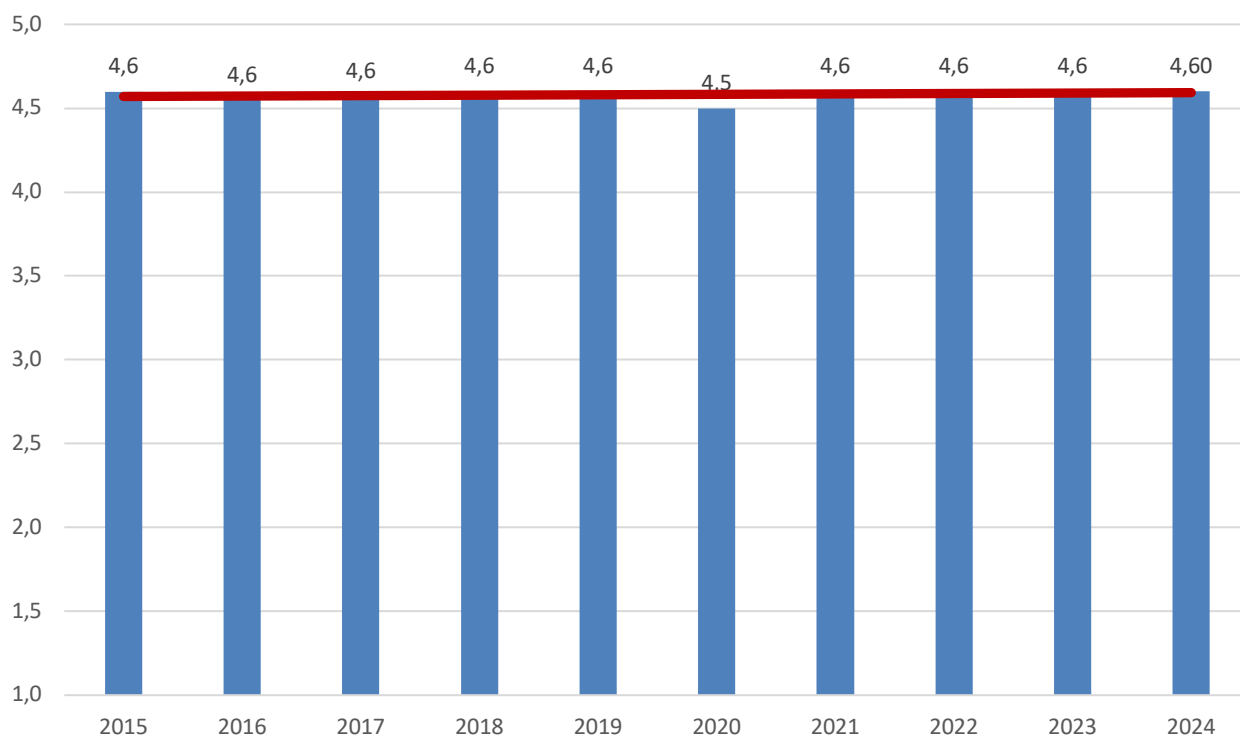


Cuidadores e Famílias

FAMÍLIAS: AVALIAÇÃO GLOBAL 2024

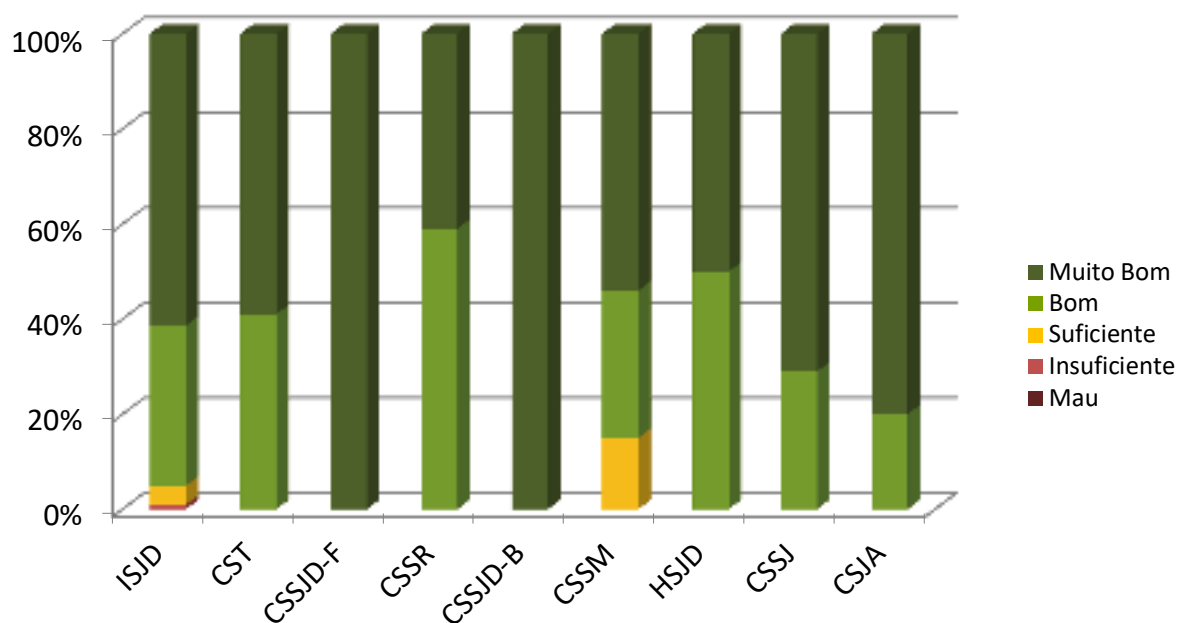


Avaliação global média

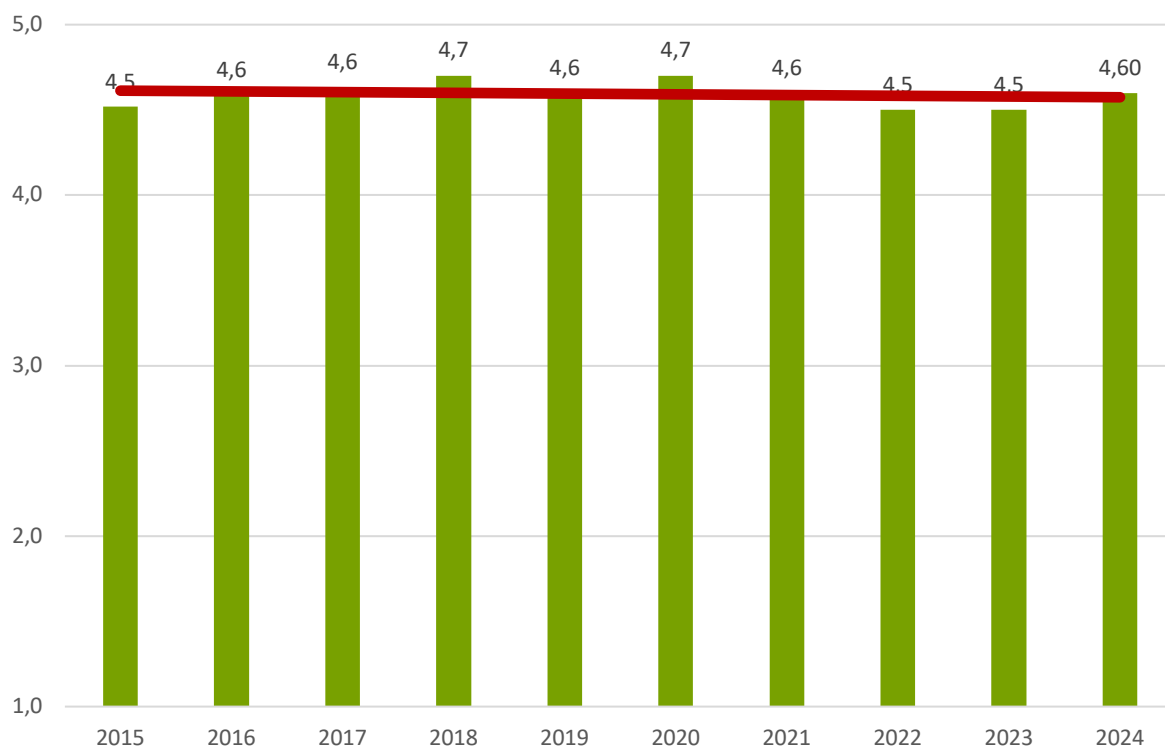


Stakeholders / Parceiros

Parceiros: Avaliação Global 2024

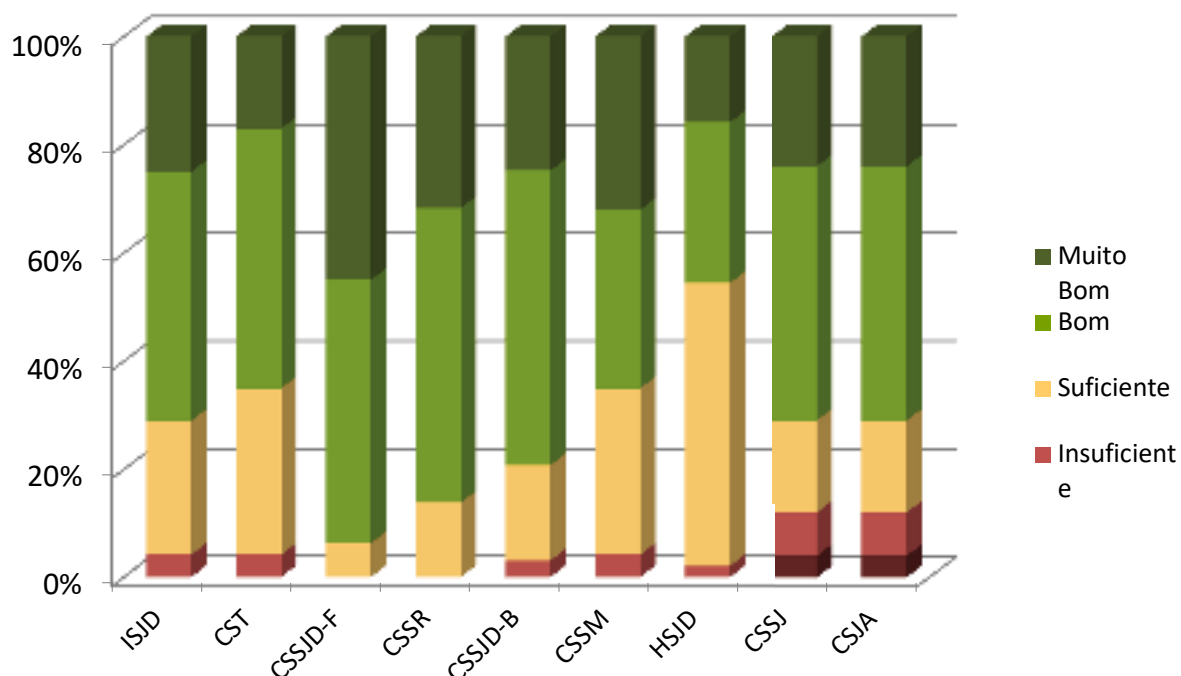


Avaliação Global Média

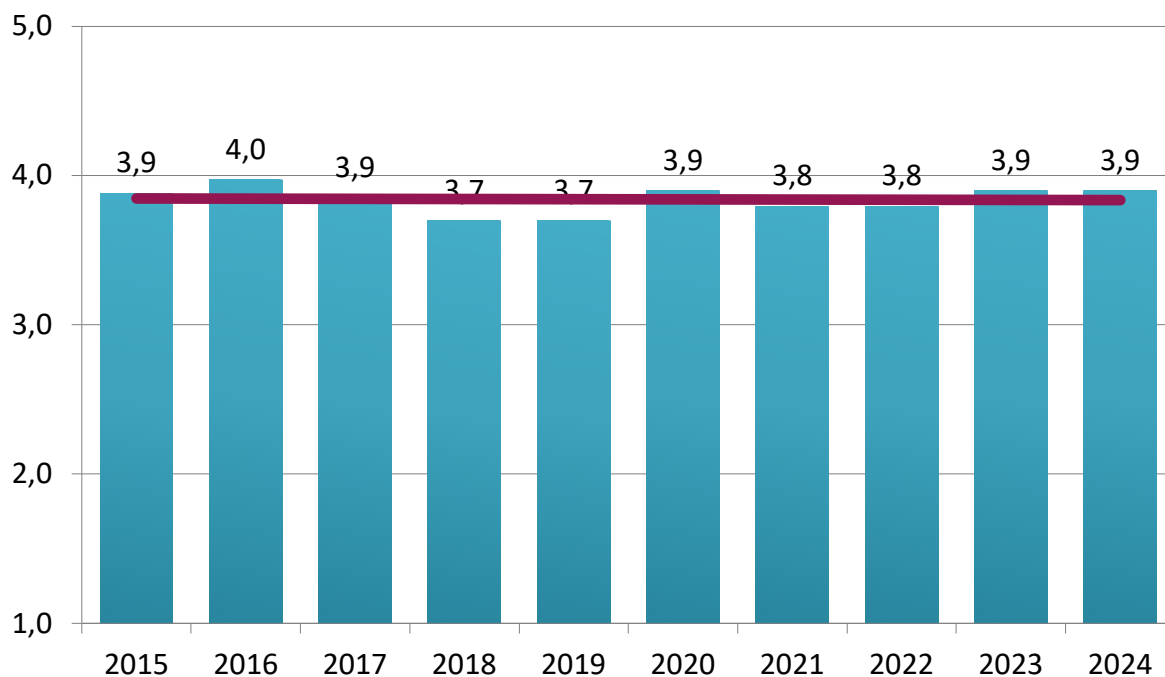


Colaboradores

Colaboradores: Avaliação Global 2024



Satisfação colaborador: Valor global médio

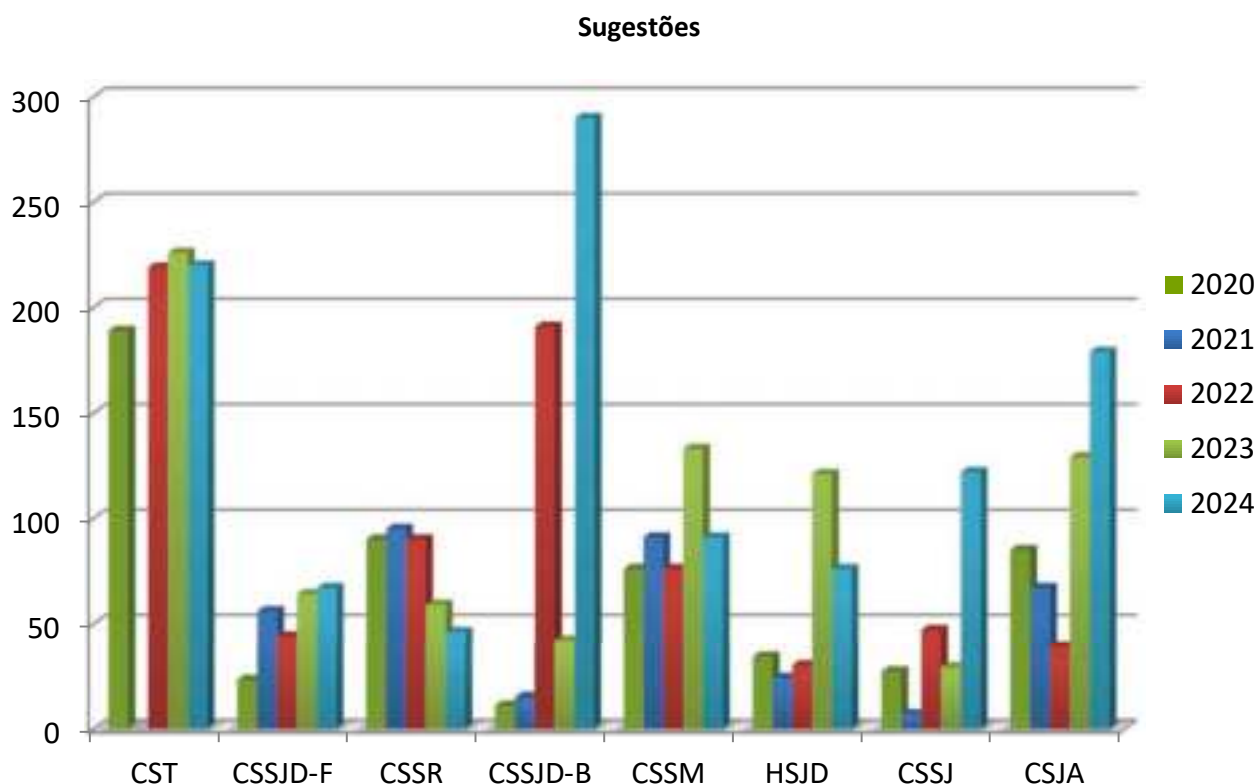


1.7. Indicadores de participação

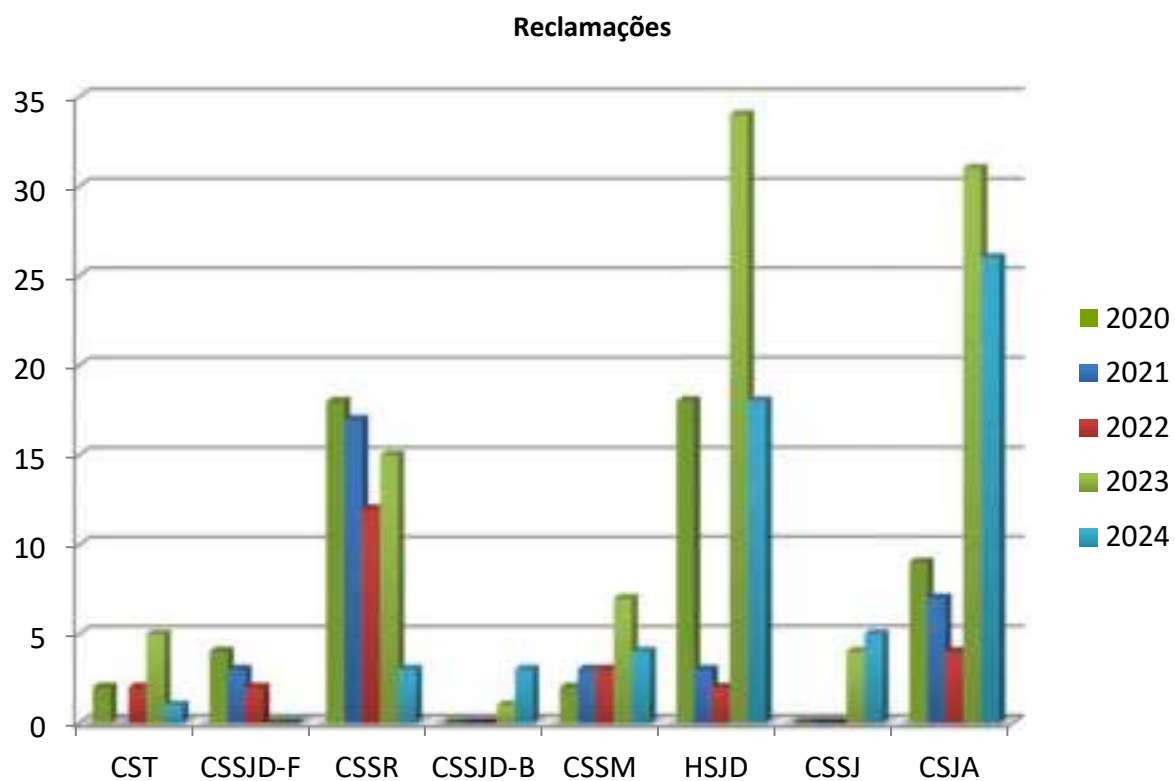
Para o desenvolvimento da prestação dos serviços, o ISJD definiu uma política de participação para cada tipologia de serviços prestados. Essa política assenta na premissa do envolvimento dos Utentes em todas as fases da prestação, nomeadamente ao nível do planeamento, realização e avaliação, quer dos cuidados, quer dos serviços. A Taxa de Participação dos Utentes do ISJD foi de 68,7%, podendo-se referir que essa Política teve sucesso.

Um dos instrumentos fundamentais para essa política são os mecanismos de sugestão e reclamação. Em 2024 foram rececionadas 1091 sugestões e 60 reclamações. Estas foram objeto de análise e de tomada de medidas com vista à melhoria contínua dos serviços.

Sugestões



Reclamações



2. Recursos Humanos

2.1. Enquadramento

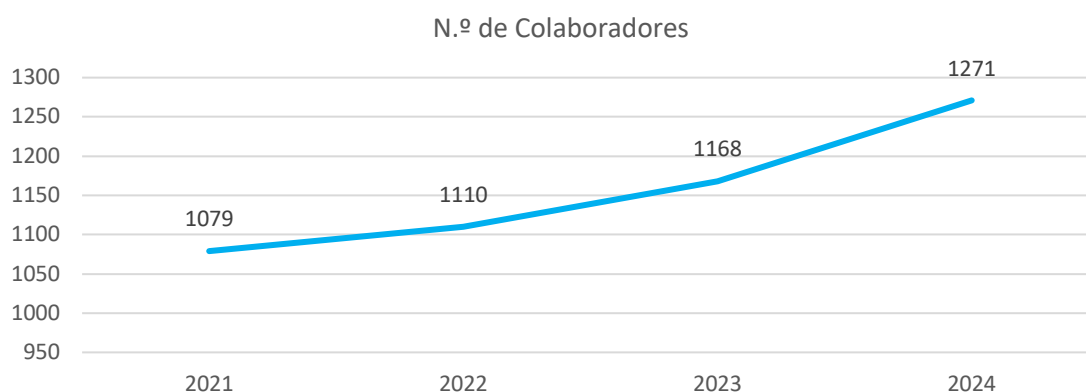
As Pessoas representam um pilar fundamental no funcionamento de qualquer instituição social, particularmente quando esta atua na área da saúde mental, dos cuidados continuados e paliativos. Neste contexto, no Instituto São João de Deus (ISJD), a qualidade da intervenção humana é determinante para garantir, não apenas, a eficácia dos cuidados prestados, mas também o respeito pela dignidade, individualidade e bem-estar das pessoas acompanhadas.

No ISJD, não lidamos apenas com questões clínicas. Fragilidades emocionais, comportamentais e sociais também estão presentes no dia-a-dia dos nossos profissionais. Nesta medida, é essencial um conjunto de características como a empatia, a escuta ativa, a estabilidade emocional e a capacidade de criar vínculo terapêutico com os nossos utentes.

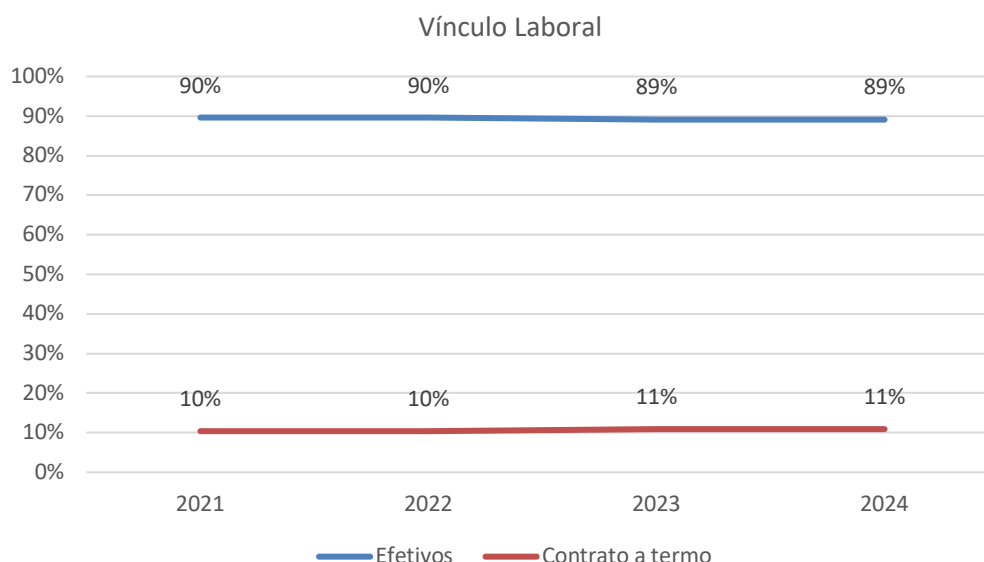
Nesta medida, para o ISJD, investir nas Pessoas é investir na qualidade dos cuidados, na sustentabilidade da Instituição e, sobretudo, na dignidade e bem-estar das pessoas que mais precisam de atenção, conforto e respeito.

2.2. Caracterização dos Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2024 o Instituto S. João de Deus (ISJD) contava com 1271 Colaboradores (Gráfico 1). Esta variação de 9% no global face ao período homólogo deve-se, sobretudo, à abertura no final de 2023 do polo Carnaxide da Clínica S. João D'Ávila que, verificou consequentemente, teve uma variação homóloga de 25%.



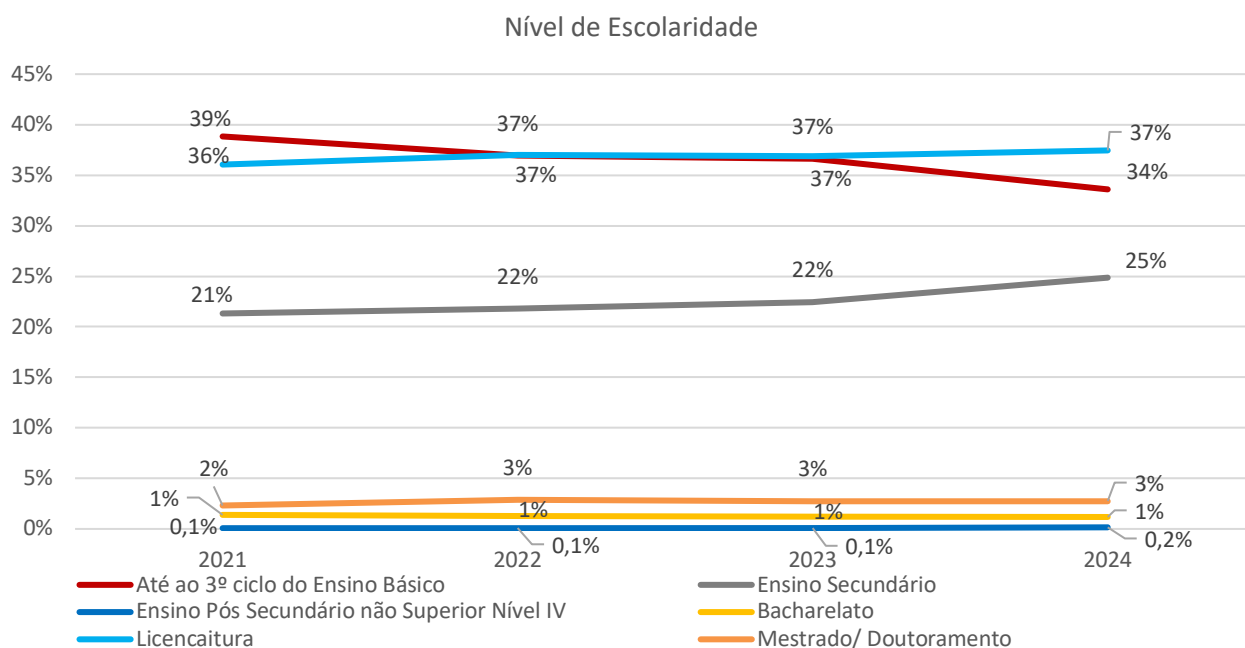
Nessa mesma data, o ISJD contava com 967 Colaboradores com vínculo laboral efetivo e 112 a termo o que, comparando com o verificado em 2023, em termos percentuais, apesar do crescimento verificado, reflete-se na manutenção do percentual de efetivos (Gráfico 2).



No que respeita a antiguidade, conforme é possível ver na Tabela 1, os intervalos de antiguidade acima dos 6 anos e 15 anos apresentam uma tendência de queda, sendo que a antiguidade entre 6 e 15 anos tem apresentado esta tendência nos últimos 2 anos. Em contrapartida, a antiguidade abaixo dos 2 anos tem apresentado, desde 2022 uma tendência de crescimento verificando-se uma variação de cerca de 41% desde 2022.

Antiguidade ISJD	2021	2022	2023	2024
< 2 Anos	23%	22%	26%	31%
2 Anos ≤ 5 Anos	18%	21%	20%	30%
6 Anos ≤ 15 Anos	28%	28%	25%	22%
> 15 Anos	31%	29%	30%	27%

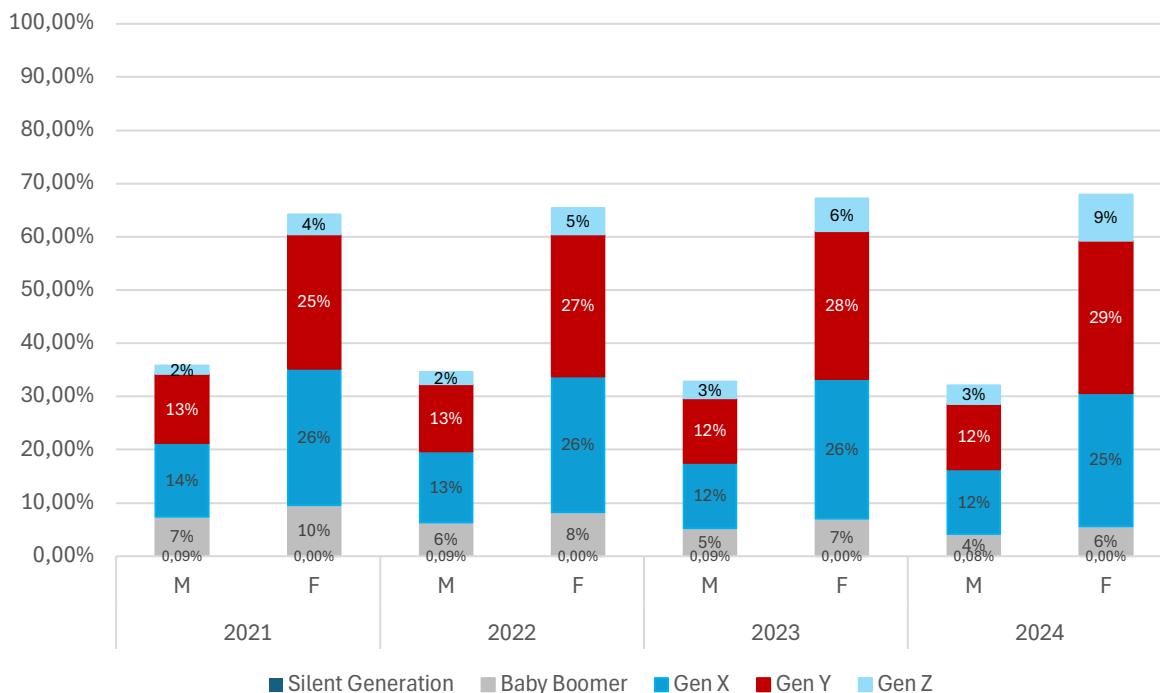
Relativamente ao nível de formação escolar/ académica das Pessoas do ISJD não há diferenças relevantes considerando-se necessário dar nota da ligeira diminuição das pessoas com o Ensino Básico em troca pelo crescimento das pessoas com o ensino secundário completo (Gráfico 3).



De acordo com o [Pew Research Center](https://www.pewresearch.org/) um centro de investigação Norte Americano sem ligações políticas, cuja missão é informar o público sobre as questões, atitudes e tendências que impactam o mundo as diversas gerações que têm presença no mercado de trabalho repartem-se pelos seguintes anos:

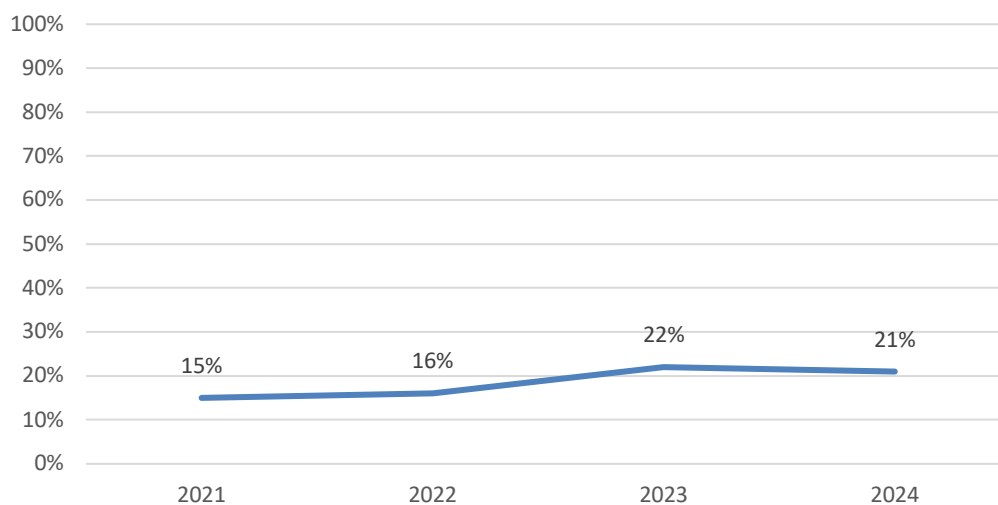
- a) Geração Silenciosa “*Silent Generation*”: 1928 – 1945
- b) “*Baby Boomers*”: 1946 – 1964
- c) Geração X “*Gen X*”: 1965 – 1980
- d) Geração Y “*Gen Y*”: 1981 – 1996
- e) Geração Z “*Gen Z*”: 1997 – 2012

Distribuição Geracional



Considera-se importante também medir o *turnover* de RH (rotatividade). O *turnover* (t/o) é um indicador que mede a taxa de entrada e saída de colaboradores numa dada organização num determinado intervalo de tempo. Em termos de *turnover* o ISJD apresenta uma redução, embora sem expressão, face ao período homólogo tendo-se fixado nos 22% para todo o ISJD (gráfico 5).

Turnover



3. Análise Económico-Financeira

3.1. Análise Económica

3.1.1. Resultados Operacionais

Estrutura de Rendimentos e Gastos Operacionais

	2024	% Total	2023	% Total	Variação 2023_202
Rendimentos Operacionais					
Prestação Serviços	56 488 349 €	96,2%	48 919 600 €	96,1%	15,5%
Subsídios Estado Out Entes Públicos	1 154 229 €	2,0%	970 467 €	1,9%	18,9%
Outros	1 050 233 €	1,8%	994 086 €	2,0%	5,6%
Total Rendimentos Operacionais	58 692 811 €	100,0%	50 884 153 €	100,0%	15,3%
Gastos Operacionais					
Gastos com Pessoal	30 237 048 €	53,6%	25 697 627 €	55,1%	17,7%
Custo Matérias Consumidas	3 606 625 €	6,4%	3 248 526 €	7,0%	11,0%
Honorários	1 646 395 €	2,9%	1 087 463 €	2,3%	51,4%
Gastos/reversões de deprec.	4 318 939 €	7,7%	3 410 900 €	7,3%	26,6%
Trab Especializados	7 335 657 €	13,0%	5 534 516 €	11,9%	32,5%
Combustíveis	1 124 958 €	2,0%	1 245 123 €	2,7%	-9,7%
Conservações e Repar	2 644 308 €	4,7%	1 581 930 €	3,4%	67,2%
Out Forne Serv Exter	4 989 738 €	8,8%	4 190 275 €	9,0%	19,1%
Outros Gastos Operacionais	544 444 €	1,0%	611 960 €	1,3%	-11,0%
Total Gastos Operacionais	56 448 112 €	100,0%	46 608 320 €	100,0%	21,1%
Resultado Operacional	2 244 699 €		4 275 833 €		-47,5%

Em 2024 o volume de rendimentos operacionais aumentou, relativamente ao ano anterior, cerca de 7 808 660€.

Para este acréscimo contribuiu significativamente o aumento do valor da diária paga pelo SNS em Saúde Mental aos centros assistenciais de Portugal Continental de 65€ para 68€, pelo Governo Regional dos Açores de 45.50€ para 49.50€ e pelo Governo Regional da Madeira de 52.18€ para 57.45€.

Paralelamente existiu um acréscimo de dias de internamento, na maioria dos centros assistenciais, com consequente aumento de volume de faturação.

O acréscimo mais significativo verificou-se na Clínica S. João de Ávila com a Unidade de Carnaxide já em funcionamento durante todo o ano de 2024.

Os gastos operacionais sofreram de 2023 para 2024 um acréscimo de cerca 9 839 800€.

O resultado operacional do ISJD em 2024 revelou-se positivo em 2 244 699€ mas mais baixo que o do ano 2023 (com uma redução de cerca 2 031 000€), uma vez que o acréscimo de gastos foi superior ao dos rendimentos.

Rendimentos Operacionais

Em 2024 cerca de 96% dos rendimentos operacionais do ISJD foram provenientes da prestação de Serviços. A prestação de Serviços em 2024 pode decompor-se da seguinte forma:

	2024	% Total	2023	% Total	Varição 2023_2024
Prestação de Serviços					
Internamento	52 325 499 €	92,6%	45 123 473 €	92,2%	16,0%
Ambulatório	696 798 €	1,2%	590 792 €	1,2%	17,9%
Serviços Secundários	3 306 162 €	5,9%	3 074 394 €	6,3%	7,5%
Outros	159 891 €	0,3%	130 941 €	0,3%	22,1%
Total	56 488 349 €	100,0%	48 919 600 €	100,0%	15,5%

Cerca de 89% dos rendimentos operacionais provêm do internamento, representando este tipo de prestação de serviço cerca de 92,6% do total do montante proveniente das prestações de serviços do ISJD. O volume registado nesta rubrica cresceu 16% de 2023 para 2024, como consequência do já referido o aumento do valor da diária paga pelo SNS e pelo Governo Regional dos Açores e, paralelamente, do aumento do número de dias de internamento. No mesmo período, o volume dos serviços em ambulatório também cresceu cerca 18% e a rubrica de Serviços secundários registou um acréscimo de 7,5%. Os restantes rendimentos operacionais, apesar de menos significativos em termos relativos, evidenciaram um acréscimo de cerca de 22%.

Pelo exposto, o total dos rendimentos operacionais aumentou relativamente a 2023 em 15,3%.

Gastos Operacionais

Cerca de 56,5% dos gastos operacionais são gastos relativos a recursos humanos. Esta rubrica é composta pelos gastos com pessoal e pelos honorários. Os gastos com pessoal representaram em 2024 cerca de 53,6% do total dos gastos operacionais, e os honorários 2,9%.

Relativamente a 2023, os gastos com pessoal aumentaram cerca 17,7%, e os honorários cerca de 51,4% o que resulta num acréscimo de cerca de 19% dos gastos globais com recursos humanos.

Com a Unidade de Carnaxide já em funcionamento durante todo o ano de 2024 todas as rubricas de gastos operacionais sofreram acréscimo inerente a este aumento da atividade, que foi gradual do início do ano até ao final do ano.

Assim, o total dos gastos operacionais revelou relativamente a 2023 um acréscimo de cerca de 21% (9 839 800€).

3.1.2. Gastos e rendimentos com juros

	2024	2023	Varição 2023_2024
Juros e rendimentos similares obtidos	153 590 €	89 841 €	71%
Juros e gastos similares suportados	778 158 €	520 516 €	49%
Total Juros	-624 568 €	-430 674 €	45%

Relativamente a 2023, os juros e gastos similares suportados aumentaram 49% e os juros e rendimentos obtidos desta natureza cresceram 71%. Tendo em conta o volume de cada uma das rubricas, apesar do aumento percentual ser maior nos juros obtidos, tal não foi suficiente para que o resultado fosse positivo.

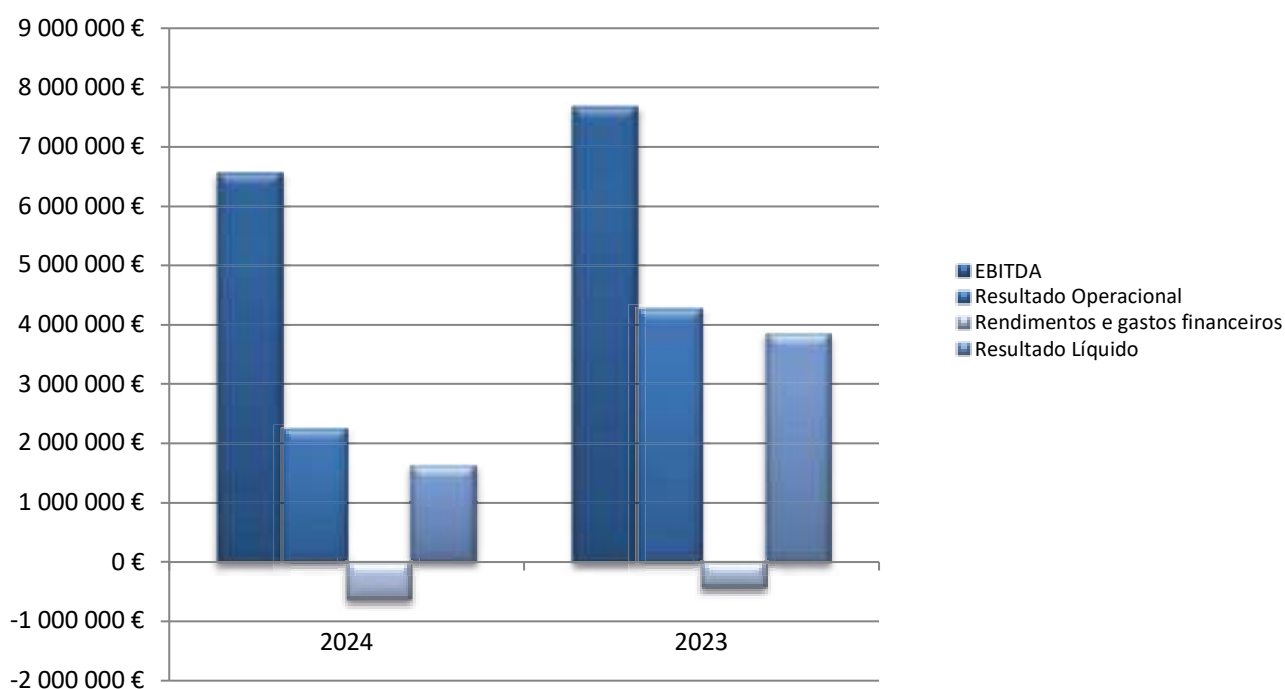
Assim, o resultado manteve-se negativo e em montante superior ao do ano transacto.

3.1.3 Resultado Líquido

	2024	2023	Variação 2023_2024
EBITDA	6 563 638 €	7 686 732 €	-15%
Resultado Operacional	2 244 699 €	4 275 833 €	-48%
Juros e rendimentos/gastos similares	-624 568 €	-430 674 €	45%
Resultado Líquido	1 620 131 €	3 845 158 €	-58%

Resultado Líquido

Pelo exposto atrás, o resultado líquido de 2024 revelou-se positivo, tendo sofrido um decréscimo bastante significativo relativamente a 2023.



O substancial aumento das diárias de internamento de psiquiatria verificado em 2023, que foi acompanhado de uma atualização das mesmas em 2024, que permitiram aproximar o valor da diária do custo real por utente, tornaram possível que em 2024 se conseguisse realizar algum do necessário investimento quer ao nível dos recursos humanos, quer ao nível das estruturas.

O ISJD continuará, ainda assim, a medida do que o equilíbrio das contas o permitir, a realizar investimentos, de forma a melhor reconhecer e atrair os necessários profissionais, e a melhorar as estruturas, na senda da qualidade assistencial que pauta a sua atuação ao longos dos anos.

Meios libertos no exercício de 2024 e auto-financiamento do investimento ativos fixos

	2024	2023	Variação 2023_2024
Resultado Antes de Impostos	1 620 131 €	3 845 158 €	57,9%
Depreciações e ajustamentos do Exercício	4 318 939 €	3 410 900 €	26,6%
Meios Libertos Brutos	5 939 070 €	7 256 058 €	-18,2%
Impostos sobre Rendimento	0 €	0 €	N/A
Meios Libertos Líquidos	5 939 070 €	7 256 058 €	-18,2%
Investimento Ativos fixos	1 817 569 €	7 278 899 €	-75,0%
Auto-financiamento	326,8%	99,7%	227,8%

Em 2024 os meios libertos diminuíram em 18,2% e o investimento em ativos fixos também decresceu relativamente ao ano anterior em ceca de 75%.

3.1.4 Comparação Real com Orçamento 2024

	Real	Planeado	Desvio
	2024	2024	(Real-Planeado)
Vendas e Prestações de Serviços	56 488 349 €	56 261 055 €	227 294 €
Subs., doações e legados à exploração	1 154 229 €	840 088 €	314 142 €
Trabalhos para a própria entidade	431 €	0 €	431 €
Cst das mercadorias vend. e das matérias consumidas	-3 606 625 €	-3 377 833 €	-228 793 €
Fornecimentos e serviços externos	-17 741 056 €	-17 181 734 €	-559 322 €
Gastos com o pessoal	-30 237 048 €	-31 384 661 €	1 147 613 €
Impar. dívidas receber(perdas/reversões)	-50 058 €	26 000 €	-76 058 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	12 650 €	-4 158 €	16 808 €
Aumentos/reduções de justo valor	28 789 €	42 493 €	-13 704 €
Outros rendimentos	1 002 010 €	1 111 531 €	-109 522 €
Outros gastos	-488 033 €	-368 657 €	-119 376 €
Resultado antes deprec, gastos de financ. e impostos	6 563 638 €	5 964 125 €	599 512 €
Gastos/reversões de depreciação e de	-4 318 939 €	-4 590 831 €	271 892 €
Resultado Operacional (antes gastos financiamento e impostos)	2 244 699 €	1 373 295 €	871 404 €
Juros e rendimentos similares obtidos	153 590 €	29 000 €	124 590 €
Juros e gastos similares suportados	-778 158 €	-638 842 €	-139 316 €
Imposto sobre rendimento do período	0 €	0 €	0 €
Resultado Líquido	1 620 131 €	763 453 €	856 678 €

Em comparação com o orçamento aprovado pela Direção do ISJD para o ano de 2024, o resultado operacional foi ainda mais favorável que o orçamentado.

O resultado líquido do exercício foi também superior ao orçamentado.

O desvio favorável mais significativo verificou-se na rubrica de gastos com pessoal, que ficou abaixo do orçamento em 3,7%.

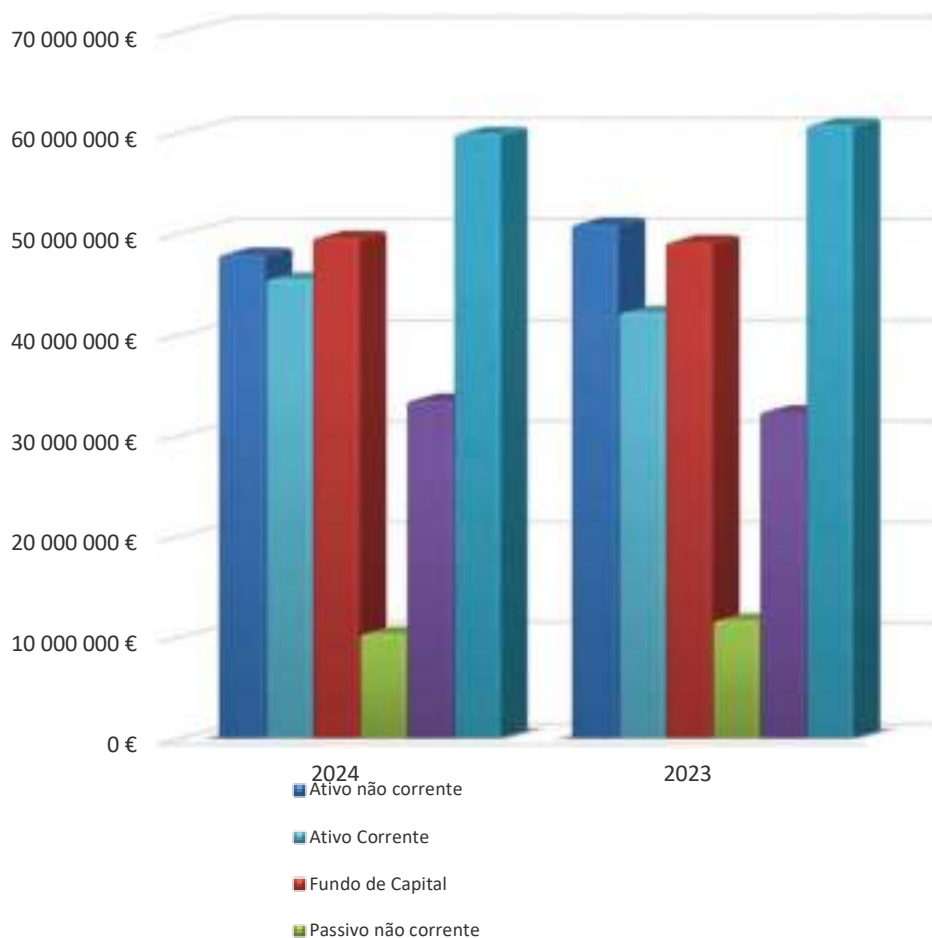
Tendo sido feito um significativo investimento em recursos humanos em 2024, esta rubrica de gastos ficou ainda assim abaixo do orçamento por via das dificuldades de contratação verificadas ao longo do ano de 2024, em quase todas as categorias profissionais, mas maioritariamente nas diretamente ligadas à atividade assistencial.

3.2. Análise Financeira

3.2.1. Estrutura Patrimonial

Composição do Balanço 2023 e 2024

	2024	% Total	2023	% Total	Variação 2023_2024
Ativo					
Ativo não corrente	47 893 880 €	51,3%	50 891 558 €	54,7%	-5,9%
Ativo Corrente	45 454 595 €	48,7%	42 211 837 €	45,3%	7,7%
Total Ativo	93 348 475 €	100,0%	93 103 395 €	100,0%	0,3%
Fundo de Capital	49 569 835 €	53,1%	49 123 254 €	52,8%	0,9%
Passivo					
Passivo não corrente	10 312 657 €	11,0%	11 628 832 €	12,5%	-11,3%
Passivo Corrente	33 465 983 €	35,9%	32 351 309 €	34,7%	3,4%
Total Passivo	43 778 640 €		43 980 141 €		-0,5%
Total FC+Passivo	93 348 475 €	100,0%	93 103 395 €	100,0%	0,3%
Capitais Permanentes (FC+PNC)	59 882 491 €	64,1%	60 752 086 €	65,3%	-1,4%



Ativo

O total do Ativo do ISJD teve um ligeiro aumento de valor de 2023 para 2024 (cerca 245 000€).

A sua componente não corrente diminuiu cerca de 6%, enquanto a componente corrente aumentou cerca de 7,7%, o que fez com que o ativo não corrente tenha diminuído o seu peso no total do ativo.

A diminuição do Ativo não corrente deveu-se, na sua maioria, à correção realizada aos imobilizados que, na inventariação ocorrida nos anos de 2021 e 2022, ao serem desagregados dos edifícios ficaram incorretamente parametrizados no sistema informático ficando com vida útil equivalente à dos bens originais. Estes bens, pela sua antiguidade, já deviam estar completamente amortizados. Em 2024 foi realizada essa correção por contrapartida de resultados transitados, uma vez que os custos dessas amortizações deveriam ter ocorrido em anos anteriores.

O aumento do ativo corrente deveu-se ao facto de terem aumentado o valor das dívidas de algumas entidades das entidades a quem o ISJD faturas a prestação de serviços, a 31 de dezembro de 2024, pelo aumento do volume de faturação mensal.

	2024	2023	Variação 2023_2024
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	47 794 972 €	50 670 448 €	-5,7%
Ativos intangíveis	211 €	1 257 €	-83,2%
Investimentos financeiros	98 697 €	219 853 €	-55,1%
Total Ativo não corrente	47 893 880 €	50 891 558 €	-5,9%
% Total Ativo	51,3%	54,7%	

	2024	2023	Variação 2023_2024
Ativo corrente			
Inventários	1 233 966 €	1 310 138 €	-5,8%
Créditos a receber	16 866 766 €	14 236 567 €	18,5%
Estado e outros entes públicos	424 €	8 350 €	-94,9%
Diferimentos	513 179 €	75 692 €	578,0%
Caixa e depósitos bancários	26 840 260 €	26 581 090 €	1,0%
Total Ativo corrente	45 454 595 €	42 211 837 €	7,7%
% Total Ativo	48,7%	45,3%	
Total Ativo	93 348 475 €	93 103 395 €	0,3%

COMPOSIÇÃO ATIVO 2024



COMPOSIÇÃO ATIVO 2023



COMPOSIÇÃO ATIVO CORRENTE 2024



COMPOSIÇÃO ATIVO CORRENTE 2023



Fundos Patrimoniais

O resultado líquido do exercício de 2024 foi positivo no valor de 1 620 131 €.

A rubrica de Resultados transitados sofreu um acréscimo, de 2023 para 2024, de 11,7%, por via do resultado positivo de 2023, e pelo movimento de sinal negativo realizado nesta rubrica de correção dos imobilizados cujas amortizações já deveriam ter sido contabilizadas em anos anteriores.

A rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais diminuiu em 4,5%, maioritariamente, pelo reconhecimento dos subsídios ao investimento na parte correspondente ao ano 2024.

Desta forma, o total do Fundo de capital manteve-se quase inalterado de 2023 para 2024.

	2024	2023	Varição 2023_2024
Fundo de Capital			
Fundos	5 119 822 €	5 119 822 €	0,0%
Resultados Transitados	30 924 110 €	27 688 762 €	11,7%
Outras variações nos fundos patrimoniais	11 905 771 €	12 469 512 €	-4,5%
Resultado Líquido do Exercício	1 620 131 €	3 845 158 €	-57,9%
Total Fundo de Capital	49 569 835 €	49 123 254 €	0,9%

Passivo

O valor total do Passivo do ISJD manteve-se quase inalterado de 2023 para 2024, com uma ligeira redução de 0,5%.

A componente não corrente diminuiu 11,3% (na sua maioria devido ao do pagamento das prestações de capital dos financiamentos junto dos Bancos Santander, ABanca e Montepio para a construção da Unidade de Carnaxide, e às prestações de capital do empréstimo junto do Santander e do Crédito Agrícola da CSSJD Funchal, bem como também devido à passagem das prestações a liquidar em 2024 para passivo corrente).

A componente corrente aumentou 3,4% devido, maioritariamente, ao aumento do saldo da rubrica de fornecedores, por divergências de faturação com a empresa que fornece as refeições na CSJA e Sede, que só ficaram resolvidas no final do mês de dezembro.

O rácio de liquidez geral revelou-se mais favorável relativamente ao ano transacto, alterando-se para 135,8% (em 2023 ficou em 130,5%).

Para efeitos de análise financeira, são considerados como Passivo não corrente os financiamentos cujo prazo é superior a um ano.

Apesar de não se prever um levantamento de 100% desse valor, por questão de precaução, o montante registado em Outras contas a pagar, relativo ao dinheiro dos utentes depositado em contas bancárias em nome do ISJD, é considerado como passivo corrente.

	2024	2023	Variação 2023_2024
Passivo não corrente	10 312 657 €	11 628 832 €	-11,3%
Total Passivo não corrente	10 312 657 €	11 628 832 €	-11,3%
Passivo Corrente			
Fornecedores	3 277 927 €	1 674 050 €	95,8%
Estado e outros entes públicos	934 688 €	737 613 €	26,7%
Financiamentos obtidos	7 598 274 €	9 855 315 €	-22,9%
Diferimentos	0 €	20 585 €	-100,0%
Outros passivos correntes	21 655 094 €	20 063 747 €	7,9%
Total Passivo Corrente	33 465 983 €	32 351 309 €	3,4%
Total Passivo	43 778 640 €	43 980 141 €	-0,5%

4. Rácios e Indicadores

Rácios Económicos	2024	2023
Rentabilidade Operacional das Vendas (Resultado Operacional/Vendas)	4,0%	8,7%
Rentabilidade Líquida das Vendas (Resultado Líquido/Vendas)	2,9%	7,9%
Rentabilidade do Fundo de Capital (Resultado Líquido/Fundo de Capital)	3,3%	7,8%
Rentabilidade do Activo (Resultado Operacional/Activo)	2,4%	4,6%

Rácios financeiros	2024	2023
Indicadores de Estrutura	2024	2023
Solvabilidade Geral (Capitais Permanentes/Passivo)	136,8%	138,1%
Autonomia Financeira (Fundo de Capital/Activo)	53,1%	52,8%
Estrutura Financeira (Passivo/Fundo de Capital)	88,3%	89,5%
Fundo de Maneio relativo (Activo corrente/Passivo corrente)	135,8%	130,5%
Valor do Fundo de Maneio (Activo corrente-Passivo corrente)	11 988 611 €	9 860 528 €
Cobertura Activo Fixo por Capitais Permanentes (Capitais Permanentes/Activo não corrente)	125,0%	119,4%
Indicadores de Endividamento	2024	2023
Financiamento do Investimento (Var Fundo de capital/Investimento em ativo fixo)	24,6%	14,9%
Capacidade de endividamento (Fundo de Capital/Capitais Permanentes)	82,8%	80,9%
Rácio Endividamento (Capitais Alheios/Capitais Totais)	46,9%	47,2%
Dívida/Capital Próprio	88,3%	89,5%
Endividamento Longo Prazo (Capitais Alheios Longo Prazo/Capitais Totais)	11,0%	12,5%
Estrutura de Endividamento (Capitais Alheios Curto Prazo/Capitais Alheios)	76,4%	73,6%

Indicadores Investimento	2024	2023
Renovação Imobilizado (Invest. Imobilizado Ano/Amortizações Exercício)	42,1%	319,5%
Envelhecimento do Imobilizado (Amortizações acumuladas/Imobilizado Bruto)	56,4%	53,0%
Financiamento do Investimento (Var. Capitais Permanentes/Var. Imobilizado Bruto)	-47,8%	99,4%
Indicadores de Liquidez e Tesouraria	2024	2023
Liquidez Geral (Activo corrente/Passivo Corrente)	135,8%	130,5%
Liquidez imediata (Disponibilidades/Passivo Corrente)	80,2%	82,2%
Liquidez Reduzida (Activo Circulante-Existências)/Passivo Corrente)	132,1%	126,4%
Tesouraria Imediata (Disponibilidades-Passivo Corrente)	-6 625 723 €	-5 770 219 €
Taxa cobertura activo corrente (FM/activo corrente)	26,4%	23,4%
Taxa cobertura existências (FM/existências)	971,6%	752,6%

5. Aplicação dos Resultados

Aplicação de Resultados ano 2024

Os resultados do ISJD do ano 2024, no valor de 1 620 131€, serão aplicados em Resultados transitados.

6. Demonstrações Financeiras 2024

Instituto S. João de Deus

Balanco em 31 dezembro 2024

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	Datas	
		31 deo 2024	31 deo 2023
ATIVO			
Ativo não corrente		47 993 880	50 881 538
Ativos fixos tangíveis	9	47 794 872	50 470 448
Ativos intangíveis		211	1 217
Investimentos financeiros		98 897	239 863
Ativo corrente		45 454 095	42 211 817
Inventários	9	1 213 966	1 330 138
Créditos a receber	13	16 886 766	14 236 567
Estado e outros entes públicos	15	424	8 100
Diferimentos	17	513 179	75 882
Outros ativos financeiros	4	0	0
Caixa e depósitos bancários	4	26 640 760	26 581 790
Total do Ativo		93 448 875	93 123 335
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais		47 949 304	45 238 006
Fundos	16	5 119 822	5 139 822
Resultados transferidos	16	39 924 110	27 688 762
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	16	13 905 771	12 409 513
Resultado líquido do período		1 620 131	3 845 138
Total dos fundos patrimoniais		47 949 304	45 238 006
Passivo			
Passivo não corrente		38 332 957	11 628 832
Provisões	11	114 377	138 127
Financiamentos obrigatórios	13	38 198 280	11 530 705
Passivo corrente		33 485 583	32 351 328
Fornecedores	11	3 277 827	1 674 050
Estado e outros entes públicos	15	834 885	737 613
Financiamentos obrigatórios	13	7 598 274	9 855 115
Diferimentos	17	0	20 585
Outros passivos correntes	13	21 835 594	20 063 747
Total do passivo		45 728 540	43 960 183
Total dos fundos patrimoniais e passivos		93 448 875	93 123 335

A Contabilista Certificada:



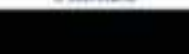
A Direção:

O Presidente



José Paulo Simões Pereira

O Secretário



Ricardo Lopes da Costa

O Tesoureiro



Paulo Inácio Costa Oliveira

O 1.º Vogal



Luís Manuel Vieira da Silva

O 2.º Vogal



Joaquim Afonso Ramos

Instituto S. João de Deus

Demonstração dos resultados por naturezas
Período findo em 31 dezembro 2024

Unidade monetária: Euro

Rendimentos e Gastos	NOTAS	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	10	56 488 545	46 515 600
Subs., doações e legados à exploração	12	1 154 229	970 467
Trabalhos para a própria entidade		431	269
Cut das mercadorias vend. e das matérias consumidas	9	-3 606 675	-3 248 526
Fornecimentos e serviços externos	19	-17 741 054	-13 639 307
Gastos com o pessoal	14	-30 237 048	-25 697 627
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0	0
Impar. dívidas receber(perdas/reversões)	8	-50 058	-15 295
Provisões (aumentos/reduções)	8	12 650	-15 400
Aumentos/reduções de justo valor	16	28 789	-5 351
Outros rendimentos	20	1 002 010	931 259
Outros gastos	21	-488 033	-513 356
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		6 547 838	7 686 732
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-4 218 939	-3 410 900
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 328 899	4 275 833
Juros e rendimentos similares obtidos		153 590	89 841
Juros e gastos similares suportados	7	-778 158	-530 516
Resultado antes de impostos		1 620 331	3 845 158
Imposto sobre rendimento do período		0	0
Resultado líquido do Período		1 620 331	3 845 158

A Contabilista Certificada:



A Direção:

O Presidente

O Secretário

O Tesoureiro

José Paulo Simões Pereira

Benedicte Lemos da Costa

Paulo André Corte Gouveia

O 1º Vogal

O 2º Vogal

Luís Manuel Vieira da Silva

Joaquim Martins Ramos

Instituto S. João de Deus

Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Periodos	
		2024	2023
<u>Fluxos de Caixa das actividades operacionais - Método Directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		48 056 227	41 459 794
Pagamentos a Fornecedores		19 962 315	17 994 593
Pagamentos ao Pessoal		19 300 462	16 222 360
Caixa Gerada pelas Operações		8 393 450	7 242 852
Pagamentos/Recebimentos de impostos sobre o Rendimento			
Outros Recebimentos/Pagamentos		3 171 509	1 419 225
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		6 421 941	1 823 627
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		2 431 282	5 438 410
Recebimentos Provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis		11 194	0
Subsídios ao Investimento		365 544	327 312
Juros e Rendimentos Similares		153 590	23 129
Dividendos		0	0
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		-3 120 953	-5 087 970
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</u>			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		8 135 626	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		11 199 486	3 222 803
Juros e Gastos Similares		779 158	470 988
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		-3 041 818	-3 693 786
<u>Variação de Caixa e seus Equivalentes (1 + 2 + 3)</u>			
		259 170	-6 958 129
Efeito das Diferenças de Câmbio		0	0
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		26 581 090	33 539 219
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		26 840 260	26 581 090

A Contabilista Certificada:



A Direcção:

O Presidente: 
 O Secretário: 
 O Tesoureiro: 
 José Paulo Simões Pereira Bonifácio Lemos da Costa Paulo Inês Corte Gouveia

O 1º Vogal: 
 Luís Manuel Vieira da Silva

O 2º Vogal: 
 Joaquim Martins Ramos

7. Anexo às Demonstrações Financeiras 2024

7. Anexo às demonstrações financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto S. João de Deus é uma Instituição Particular de Solidariedade Social fundado a 11 de novembro de 1977, com aprovação dos seus estatutos por despacho do Ministro dos Assuntos Sociais, publicado em Diário da República, nº 288, II Série. Foi criado para proceder à gestão dos Estabelecimentos Hospitalares da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus.

Os fins e objetivos referidos no número anterior concretizam-se mediante a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- b) Apoio à integração social e comunitária;
- c) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- d) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- e) Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Para a prossecução dos seus fins, o Instituto dirige os Estabelecimentos a seguir identificados e cedidos pela Província:

Instituto S. João Deus - Telhal	Sintra
Instituto S. João Deus - Funchal	Funchal
Instituto S. João Deus – Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo
Instituto S. João Deus - Barcelos	Barcelos
Instituto S. João Deus – Ponta Delgada	Ponta Delgada
Instituto S. João Deus – Montemor-o-Novo	Montemor-o-Novo
Instituto S. João Deus – Vilar de Frades	Barcelos
Instituto S. João Deus - Lisboa	Lisboa
e outros que a Província lhe vier a confiar, nas mesmas condições.	



INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS

A moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção para a emissão no dia 12 de junho de 2025.

De acordo com os Estatutos do Instituto São João de Deus, as contas emitidas são sujeitas a apreciação pelo Conselho Fiscal.

Enquadramento fiscal

O código da atividade económica (CAE) principal do Instituto S. João de Deus é:

86100 - Atividades dos Estabelecimentos de Saúde com internamento.

Desde 2016 o ISJD passou a ter como CAE secundários:

87301 Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento

87302 Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento

87100 Atividades dos estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento

87902 Atividades de apoio social com alojamento, n.e.

87200 Atividades dos estabelecimentos para pessoas com doença do foro mental e do abuso de drogas c/ aloj.

Em abril de 2013 o Instituto S. João de Deus alterou o seu enquadramento em sede de IVA para o regime misto com afetação real de todos os bens.

São realizadas aquisições intracomunitárias.

O Instituto S. João de Deus é isento em sede de IRC.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);



- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros, em que se aplica o valor de mercado.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Entidade espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo Goodwill

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os ativos intangíveis com uma vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.



A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5 Rêdito

O rêdito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rêdito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rêdito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rêdito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rêdito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

O rêdito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rêdito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de atos durante um período específico de tempo, o rêdito é reconhecido numa base de linha reta durante o período específico a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento. Quando um ato específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros atos, o reconhecimento do rêdito é adiado até que o ato significativo seja executado.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Entidade receber o correspondente montante.

3.6 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.7 Subsídios do governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe segurança razoável de que a Entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica de subsídios para o investimento, sendo posteriormente reclassificados de forma sistemática para resultados como rendimentos durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.8 Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- i) Mercadorias e matérias-primas: As mercadorias e as matérias-primas encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.
- ii) Produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso: Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de produção e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em custos operacionais.

3.9 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem: (i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado; (ii) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e; (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas



associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da Entidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.10 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Cientes e outras contas a receber correntes

As dívidas de clientes e outras contas a receber correntes são registadas pelo respetivo valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas contas a receber não incluem qualquer efeito de desconto de juros por não se considerar material o impacto do desconto em créditos concedidos em prazos tão curtos.

As perdas de imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado demonstrando que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- Se verificam atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- Se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Empréstimos bancários e outros passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos.

Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo.

Para os financiamentos existentes, atualmente, entende-se que dado que a taxa de juro paga é a de mercado e que é imaterial a diferença temporal do valor do dinheiro, não existe diferença entre a taxa de juro de mercado e a taxa efetiva e consequentemente não existem diferenças significativas entre a utilização do método do custo ou do custo amortizado.

Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, exceto se a Entidade detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros são classificados na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações do justo valor mesmo registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Entidade reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 Julzos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados julzos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o montante inscrito como caixa e equivalentes de caixa no final do período são como apresentados abaixo.

Componentes da rubrica de caixa e equivalentes a caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	37 558	41 571
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	8 222 741	6 726 382
Depósitos bancários prazo	18 579 961	19 813 127
Outras aplicações de tesouraria	0	0
	<u>26 840 260</u>	<u>26 581 090</u>
Descobertos bancários	0	0
Contas caucionadas	-4 358 268	-6 865 636
Outros financiamentos de curto prazo	-3 240 007	-2 980 679
	<u>-7 598 274</u>	<u>-9 855 315</u>
	<u>19 241 986</u>	<u>16 725 775</u>

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de ativos fixos apresenta a seguinte composição.

Composição Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis	31/12/2024	31/12/2023
Valor bruto	109 587 854	107 789 182
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-61 792 882	-57 118 734
Quantia escriturada	47 794 972	50 670 448
Terrenos e recursos naturais (modelo custo)	69 381	74 970
Edifícios e outras construções (modelo custo)	41 418 913	43 395 284
Equipamento básico (modelo custo)	2 579 811	2 223 676
Equipamento de transporte (modelo custo)	188 340	174 129
Equipamento administrativo (modelo custo)	249 516	227 094
Outros ativos fixos tangíveis (modelo custo)	2 387 045	2 086 833
Ativos fixos tangíveis em curso	901 965	2 488 455
Quantia escriturada	47 794 972	50 670 448

Durante o ano foram realizadas correções a imobilizados que, na inventariação ocorrida nos anos de 2021 e 2022, ao serem desagregados dos edifícios ficaram incorretamente parametrizados no sistema informático ficando com vida útil equivalente à dos bens originais. Estes bens, pela sua antiguidade, já deviam estar completamente amortizados. Em 2024 foi realizada essa correção por contrapartida de resultados transitados, uma vez que os custos dessas amortizações deveriam ter ocorrido em anos anteriores.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado abaixo:

Reconciliação da quantia escriturada

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis e em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2022	151 781	66 017 485	9 744 115	1 190 708	4 541 005	18 865 189	100 510 283
Depreciações acumuladas a 31/12/2022	(71 210)	(37 095 621)	(8 626 039)	(1 024 907)	(4 328 880)	(2 615 181)	(53 761 829)
Quantia escriturada a 31/12/2022	80 571	28 921 863	1 118 076	165 711	212 126	16 250 008	46 748 355
Aquisições	-	380 838	503 689	88 762	110 767	6 412 625	7 496 662
Abates	-	(166 700)	(302)	-	(20 083)	(994)	(168 079)
Alienações	-	-	-	(29 674)	-	-	(29 674)
Transferências	-	16 903 199	901 104	-	-	(17 834 302)	-
	-	-	-	-	-	-	-
	151 781	83 164 811	11 146 586	1 249 797	4 631 689	7 442 518	107 789 182
Gastos com depreciações	(5 595)	(2 673 906)	(299 173)	(80 344)	(95 798)	(253 042)	(3 407 858)
Abates	-	-	302	-	20 083	994	21 379
Alienações	-	-	-	29 674	-	-	29 674
	(76 885)	(39 769 527)	(8 924 910)	(1 075 667)	(4 404 595)	(2 867 229)	(57 118 734)
Quantia escriturada bruta a 31/12/2023	151 781	83 164 811	11 146 586	1 249 797	4 631 689	7 442 518	107 789 182
Depreciações acumuladas a 31/12/2023	(76 885)	(39 769 527)	(8 924 910)	(1 075 667)	(4 404 595)	(2 867 229)	(57 118 734)
Quantia escriturada a 31/12/2023	74 896	43 395 284	2 223 676	174 129	227 094	4 575 289	50 670 448



	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis e em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2023	151 781	83 164 811	11 146 586	1 249 797	4 631 689	7 442 518	107 789 182
Depreciações acumuladas a 31/12/2023	(76 806)	(38 769 527)	(6 924 910)	(1 075 667)	(4 404 585)	(2 867 229)	(57 118 734)
Quantia escriturada a 31/12/2023	74 976	43 395 284	2 223 676	174 129	227 094	4 575 289	50 670 448
Aquisições	-	443 807	534 211	101 381	111 373	865 312	2 056 084
Abates	-	-	-	(549)	(39 612)	(22 066)	(62 237)
Alienações	-	-	-	(34 487)	-	-	(34 487)
Transferências	-	(47 676)	1 015 901	-	45 551	(1 174 475)	(160 699)
	151 781	83 560 943	12 696 696	1 316 142	4 749 002	7 111 289	109 587 854
Gastos com depreciações	(5 595)	(3 131 615)	(507 579)	(87 170)	(102 232)	(493 642)	(4 317 833)
Abates	-	-	-	-	39 612	19 960	59 572
Alienações	-	-	-	34 487	-	-	34 487
Transferências	-	758 112	(686 399)	549	(32 270)	(491 367)	(450 374)
	(82 400)	(42 142 030)	(10 118 887)	(1 127 602)	(4 499 485)	(3 822 278)	(61 792 882)
Quantia escriturada bruta a 31/12/2024	151 781	83 560 943	12 696 696	1 316 142	4 749 002	7 111 289	109 587 854
Depreciações acumuladas a 31/12/2024	(82 400)	(42 142 030)	(10 118 887)	(1 127 602)	(4 499 485)	(3 822 278)	(61 792 882)
Quantia escriturada a 31/12/2024	69 381	41 418 913	2 577 811	188 540	249 516	3 289 011	47 794 972

Vida útil

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos ativos fixos tangíveis depreciados de acordo como o método da linha reta.

Vidas úteis

Intervalo de vida útil

Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	[5 a 45 anos]
Equipamento básico	[1 a 10 anos]
Equipamento de transporte	[3 a 10 anos]
Equipamento administrativo	[1 a 16 anos]
Outros ativos fixos tangíveis	[1 a 20 anos]

6. LOCAÇÕES

A quantia escriturada líquida dos ativos detidos sob contratos de locação financeira é como indicada abaixo.

Composição das locações (Financeiras - Locatário)

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantia escriturada bruta	Amortização / perdas de imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Quantia escriturada bruta	Amortização / perdas de imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
Ativos fixos tangíveis	320 986	(207 623)	113 364	320 986	(196 570)	124 417
	320 986	(207 623)	113 364	320 986	(196 570)	124 417

7. CUSTOS DOS FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O custo dos financiamentos obtidos nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como se apresenta abaixo.

Gastos e perdas de financiamento

	31/12/2024	31/12/2023
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	774 204	511 263
Juros de mora e compensatórios	-	-
Juros de contratos de locação financeira	-	-
Outros gastos de financiamento	3 955	9 253
	778 158	520 516

8. IMPARIDADE DE ATIVOS

No decurso do período, a Entidade procedeu à avaliação da quantia recuperável dos clientes, inventários e aplicações financeiras, tendo identificado as seguintes situações:

Rubricas onde foram reconhecidas

	31/12/2024			31/12/2023		
	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Ajustamentos	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Ajustamentos
Reconhecidas em resultados						
6511 Clientes	56 412	-	-	21 451	-	-
6512 Outros devedores	-	-	-	2 407	-	-
653 Investimentos financeiros	-	-	-	15 400	-	-
7621 Clientes	-	(6 354)	-	-	(8 563)	-
	56 412	(6 354)	-	39 258	(8 563)	-

9. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de inventários apresenta a seguinte composição:

Composição dos inventários

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade	Quantia líquida escriturada	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade	Quantia líquida escriturada
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 230 146	-	1 230 146	1 307 566	-	1 307 566
Mercadorias	3 820	-	3 820	2 571	-	2 571
	1 233 966	-	1 233 966	1 310 138	-	1 310 138

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi como apresentado abaixo.

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Ativos biológicos	Total
Saldo a 01/01/2023	1 131 954	2 595	-	1 134 549
Aquisições no exercício	3 405 685	18 430	-	3 424 115
Saldo a 31/12/2023	1 307 566	2 571	-	1 310 138
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 230 073	18 454	-	3 248 526
Saldo a 31/12/2023	1 307 566	2 571	-	1 310 138
Aquisições no exercício	3 509 586	20 867	-	3 530 453
Saldo a 31/12/2024	1 230 146	3 820	-	1 233 966
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 587 006	19 619	-	3 606 625

10. RÉDITO

O rédito reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como apresentado abaixo:

Composição do rédito

	31/12/2024	31/12/2023
Rédito derivado da prestação de serviços		
Serviços secundários	3 306 162	3 074 394
Internamento	52 325 499	45 123 473
Ambulatório	696 798	690 792
Outros	159 891	130 941
	56 488 349	48 919 600
Rédito derivado da prestação de serviços		
Mercado Nacional	56 488 349	48 919 600
	56 488 349	48 919 600

Os réditos foram obtidos na sua totalidade no mercado nacional.

O aumento dos réditos deveu-se maioritariamente à Unidade de Carnaxide que, pela primeira vez, esteve em produção durante um ano completo, e ao aumento das diárias de internamento tanto em Portugal Continental como nas Regiões Autónomas.



INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS

14

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A reconciliação entre o montante registado na rubrica de provisões entre o início e fim do período é como se segue:

Reconciliação da quantia escriturada

	Saldo a 31/12/2023	Reversões	Saldo a 31/12/2024
Processos judiciais em curso	6 157	(3 750)	2 407
Outras provisões	111 970	-	111 970
	<u>118 127</u>	<u>(3 750)</u>	<u>114 377</u>

12. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO E OUTRAS ENTIDADES

Detalhe dos subsídios

	31/12/2024		31/12/2023	
	Montante recebido	Valor imputado ao período	Montante recebido	Valor imputado ao período
Subsídios à exploração				
IEFP	28 162	28 162	62 157	62 157
INR	38 623	38 623	39 548	39 548
Subsídios do estado	696 448	696 448	612 120	612 120
Segurança social	112 821	112 821	99 958	99 958
Outras entidades	278 175	278 175	156 684	156 684
	<u>1 154 229</u>	<u>1 154 229</u>	<u>970 467</u>	<u>970 467</u>

Foram igualmente reconhecidos em resultados 422 584 Eur no corrente período relativos a subsídios ao investimento.

**13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS****Categorias de ativos e passivos financeiros**

Na data de relato, as principais categorias de ativos e passivos financeiros são como apresentadas abaixo:

Principais categorias de ativos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023	
	Mensurados ao custo menos imparidade	Total	Mensurados ao custo menos imparidade	Total
Ativos correntes				
Cientes	12 318 214	12 318 214	11 571 525	11 571 525
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	424	424	8 350	8 350
Outras contas a receber	4 548 552	4 548 552	2 665 042	2 665 042
Diferimentos	513 179	513 179	75 692	75 692
Outros ativos financeiros	0	0	0	0
Caixa e depósitos bancários	26 840 260	26 840 260	26 581 090	26 581 090
	44 220 629	44 220 629	40 901 699	40 901 699

Principais categorias de passivos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023	
	Mensurados ao custo	Total	Mensurados ao custo	Total
Passivos não correntes				
Financiamentos obtidos	10 198 280	10 198 280	11 510 705	11 510 705
Provisões	114 377	114 377	118 127	118 127
	10 312 657	10 312 657	11 628 832	11 628 832
Passivos correntes				
Fornecedores	3 277 927	3 277 927	1 674 050	1 674 050
Estado e outros entes públicos	934 688	934 688	737 613	737 613
Financiamentos obtidos	7 598 274	7 598 274	9 855 315	9 855 315
Diferimentos	-	-	20 585	20 585
Outros passivos correntes	21 655 094	21 655 094	20 063 747	20 063 747
	33 465 983	33 465 983	32 351 309	32 351 309

Estão reconhecidos no ativo corrente, na rubrica "Caixa e depósitos bancários", valores que apesar de estarem à guarda do ISJD não são sua propriedade (cerca 12,348 M€). Por este motivo encontram-se igualmente reconhecidos no passivo corrente, na rubrica "Outros passivos correntes".

Ativos financeiros para os quais tenha sido reconhecida imparidade

Na data de relato, o detalhe por classe de ativo dos ativos financeiros em que foi reconhecida imparidade é como se segue.

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2024, foram reconhecidas perdas por imparidade em dívidas a receber no montante de 56 412 Eur (2023: 39 258 Eur).

Foram revertidas perdas por imparidade em dívidas a receber no montante de 6 354 Eur.

Ativos financeiros para os quais tenha sido reconhecida imparidade

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada	Custo	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada
Ativos correntes						
Cientes	13 405 531	(1 087 317)	12 318 214	12 643 649	(1 072 124)	11 571 525
	13 405 531	(1 087 317)	12 318 214	12 643 649	(1 072 124)	11 571 525

Ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por recurso a modelos de valorização e teve por base a cotação de mercado divulgada pela entidade bancária.

Em 2024 não foi reconhecida qualquer perda por redução de justo valor nos Outros Ativos Financeiros.

Financiamentos obtidos com entidades bancárias

Na data de relato o detalhe dos financiamentos obtidos e principais características é como apresentado abaixo:

Contrato	Plafond	Maturidade	Taxa juro	Montante em dívida	
				Corrente	Não corrente
0003.12866529097	300 000	jun/25	Euribor 12 meses + 1,25%	-160 000	-
0003.18317154097	2 500 000	jun/25	Euribor 12 meses + 0,75%	-200 000	-
0003.14342777096	1 200 000	mai/26	Taxa fixa 1%	-240 000	-100 000
0003.13954762096	8 000 000	dez/40	Euribor 12 meses + 1,7%	-328 561	-7 100 664
500.3092.547/0	2 000 000	jan/36	Taxa fixa 1,25%	-153 846	-1 551 282
550.3092.172	4 000 000	mai/25	3%	-3 998 268	0
041-36.100487-6	500 000	set/27	Euribor 6 meses + 1%	-111 111	-194 444
				-5 191 786	-8 946 390



Existem, para além destes financiamentos, outros obtidos junto de entidades não bancárias (nomeadamente, junto da Província Portuguesa da Ordem Hospitalara de S. João de Deus), de cerca de 3 658 378€.

14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AO SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

O número de colaboradores do ISJD a 31 de dezembro 2024 era de 1271.

No período findo a 31 de dezembro de 2024 e 2023 o ISJD incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

Gastos com pessoal

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	23 059 940	19 723 810
Benefícios pós-emprego	-	-
Contribuição definida	-	-
Benefícios definidos	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	4 980 872	4 244 462
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	354 193	232 858
Gastos de ação social	1 377 770	1 093 804
Outros	464 272	402 684
	30 237 048	25 697 627

O aumento verificado nesta rubrica de gastos deveu-se, quer ao investimento em recursos humanos que os aumentos de diárias de internamento vieram permitir, quer ao facto de termos a Unidade de Carnaxide a funcionar durante o ano inteiro de 2024.

15. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

Saldos com o estado e outros entes públicos

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenções efectuadas a terceiros	-	(179 344)	-	(159 840)
Imposto sobre o valor acrescentado				
Conta corrente	-	(167 652)	-	(76 391)
Reembolsos solicitados	424	-	8 350	-
Contribuições para sistemas de proteção social	-	(587 691)	-	(501 381)
	424	(934 688)	8 350	(737 613)

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS****16. Reservas legais e outras e Fundos Patrimoniais**

Na data de relato, as rubricas de reservas legais e outras e variações dos fundos patrimoniais apresentam a seguinte composição:

Reservas legais e outras e excedentes de revalorização

	31/12/2024	31/12/2023
Reservas	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios	5 558 175	5 781 805
Doações	-	-
Outras	6 347 596	6 687 707
	<u>11 905 771</u>	<u>12 469 512</u>

Na data de relato no fundo encontram-se evidenciados 5.119.822 Eur e 30 924 110 Eur em fundos e resultados transitados, respetivamente (2023: 5.119.822 Eur e 27 688 762 Eur).

A variação do valor dos Ajustamentos/outras variações nos Fundos Patrimoniais é relativa a correções relacionadas com o reconhecimento em Fundo Social do valor relativo a espólio não reclamado de utentes falecidos há mais de um ano.

A Direção do ISJD decidiu em 2023 incorporar esses valores, que por força legal são propriedade da Instituição, no Fundo Social. Estas reservas só poderão ser utilizadas em investimentos estruturais como por exemplo, construção /remodelação de infraestruturas e aquisição de novos equipamentos, não devendo em caso algum ser utilizadas para financiamento da gestão corrente.

17. Diferimentos

Na data de relato a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

Detalhe dos diferimentos

	31/12/2024	31/12/2023
Diferimentos		
Gastos antecipados	77 232	75 692
Rendimentos diferidos	435 947	-
	<u>513 179</u>	<u>75 692</u>
Diferimentos passivos		
Outros	0	(20 585)
	<u>513 179</u>	<u>55 107</u>

A variação verificada na rubrica de diferimentos deveu-se a uma correção de faturação solicitada pelo Governo Regional dos Açores, que originou a emissão de notas de crédito, e emissão de novas faturas já em 2025.

18. Variações de justo valor

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o resumo das variações de justo valor é como apresentado abaixo:

Resumo das variações de justo valor

	31/12/2024	31/12/2023
Ganhos (perdas) de justo valor em ativos biológicos	28 788	53 995
Ganhos (perdas) de justo valor em instrumentos financeiros	1	(50 346)
	28 789	(5 351)

19. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos são como apresentados abaixo:

Detalhe dos fornecimentos e serviços externos

	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos	-	-
Trabalhos especializados	7 586 880	5 745 238
Publicidade e propaganda	29 672	51 586
Vigilância e segurança	769 195	659 369
Honorários	1 647 830	1 087 463
Conservação e reparação	2 644 308	1 581 930
Serviços bancários	19 645	20 369
Outros serviços especializados	24 146	12 019
Outros serviços especializados - IEFP	-	20 484
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	448 844	301 456
Livros e documentação técnica	8 135	10 733
Material de escritório	66 492	55 209
Artigos de oferta	60 018	42 677
Outros materiais	145 469	44 431
Electricidade	964 208	762 679
Combustíveis	1 124 958	1 245 123
Água	510 786	252 603
Outros	21 878	14 607
Deslocações e estadas	150 560	137 503
Transportes de pessoal	8 480	10 664
Transportes de mercadorias	11 653	10 303
Rendas e alugueres	173 469	167 044
Comunicação	144 061	132 885
Seguros	125 231	181 669
Contencioso e notariado	1 976	4 998
Despesas de representação	1 617	369
Limpeza, higiene e conforto	935 068	950 856
Outros fornecimentos e serviços externos	116 477	135 580
	17 741 056	13 639 307

O aumento desta rubrica de gastos deveu-se quer a um maior investimento na conservação e manutenção das estruturas assistências, quer ao investimento em recursos humanos, tendo em 2024 existido, devido às dificuldades de contratação, o recurso a empresas de fornecimento de profissionais cujo valor é contabilizado em trabalhos especializados.

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS****20. Outros rendimentos e ganhos**

Na data de relato a rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta a seguinte composição:

Resumo dos outros rendimentos e ganhos

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos suplementares		
Serviços sociais	-	-
Aluguer de equipamento	79 910	65 160
Outros rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	5 014	8 429
Recuperação de dívidas a receber	30 085	1 113
Ganhos em inventários	56 511	150 324
Investimentos financeiros outros	26 468	-
Alienações	6 500	2 750
Rendimentos e ganhos nos restantes investimentos financeiros	-	-
Sinistros	-	2 008
Propriedades de investimento	4 746	4 068
Correcções relativas a períodos anteriores	124 994	99 831
Imputação de subsídios ao investimento	422 584	375 927
Donativos	320	-
Outros	244 877	221 648
	1 002 010	931 259

21. Outros gastos e perdas

Na data de relato a rubrica de outros gastos e perdas apresenta a seguinte composição:

Resumo dos outros gastos e perdas

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos	54 459	48 964
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	28 128	-
Perdas em inventários	109 431	183 512
Alienações	-	-
Sinistros	235	415
Abates	3 917	-
Correcções relativas a períodos anteriores	96 342	38 132
Donativos	23 700	5 764
Quotizações	3 921	4 625
Outros	167 900	231 944
	488 033	513 356

22. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS****23. Acontecimentos após data de balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas de 2024.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direção do Instituto São João de Deus, em reunião para o efeito.

24. Honorários pagos por trabalhos de auditoria às contas

O valor dos honorários referentes a serviços de auditoria da empresa Grant Thornton & Associados – SROC, Lda, relativos a 2024 foram de 36.500 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

As Demonstrações Financeiras do Instituto São João de Deus do ano 2024 foram aprovadas em reunião de Direção, no dia 12 de junho 2025.

A Direção:

O Presidente

José Paulo Simões Pereira

O Secretário

Bonifácio Lemos da Costa

O Tesoureiro

Paulo Almeida Corte Gouveia

O 1º Vogal

Luís Manuel Vieira da Silva

O 2º Vogal

Joaquim Martins Ramos

A Contabilista Certificada:

Sónia Almeida Ângelo